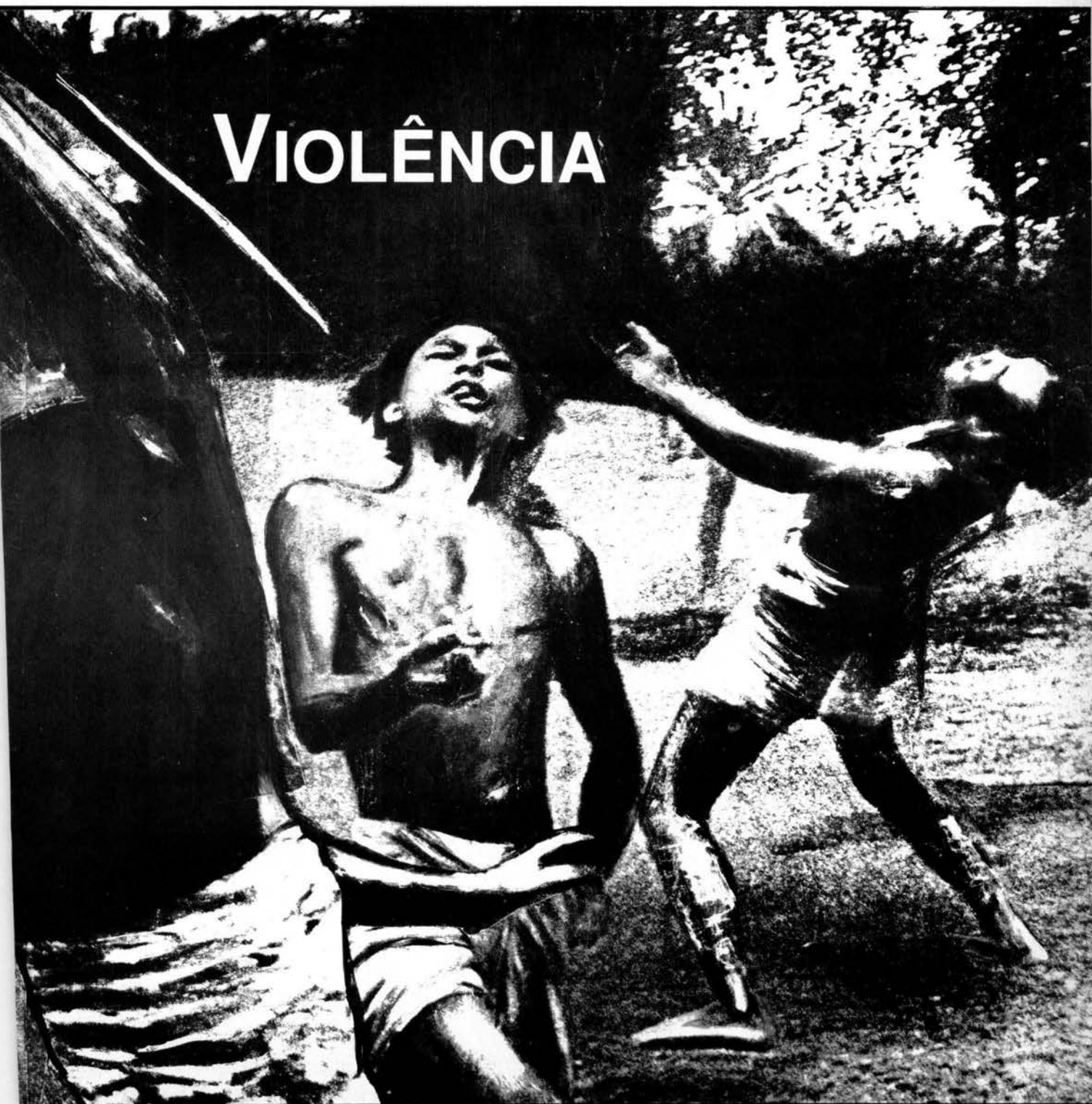


# tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 246 • ano 11 • NCz\$ 3,00

## VIOLÊNCIA



# tempo e presença

Revista Mensal  
do CEDI

Outubro 1989

CEDI Centro Ecumênico de  
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos  
22241 — Rio de Janeiro-RJ  
Telefone: (021)205-5197  
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983  
01238 — São Paulo — SP  
Telefone: (011) 825-5544  
Telex: 011 26561 ECUM BR  
Fax: (11) 825-7861

## Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão  
Heloisa de Souza Martins  
José Oscar Beozzo  
Márcio Santilli  
Milton Schwantes  
Paulo Shilling  
Regina Hara  
Regina Reyes Novaes  
Rubem Alves

## Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e  
Jornalista Responsável  
Oscar de Paula

Editor de Arte e  
Secretário de Redação  
Flávio Irala

Diagramação e  
Secretaria Gráfica  
Marta Cerqueira Leite Guerra

Capa  
André Toral

Composição, arte final e fotolitos  
Scritta Oficina Editorial Ltda.

Impressão e Acabamento  
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem  
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:  
NCz\$ 3,00  
Assinatura anual:  
NCz\$ 30,00  
Assinatura de apoio:  
NCz\$ 40,00

Mediante a presente nota,  
cumpre-me comunicar-lhes  
que recebi *Tempo e Presença*  
nº 239, publicação deste CE-  
DI.

Agradeço a vocês o envio  
da revista, que contém  
matérias de muito interesse,  
esperando continuar recebendo  
a publicação de forma  
constante e regular.

**Bispo Rolando Villena, secretário da região andina do Conselho Latino-Americano de Igrejas**  
La Paz — Bolívia

Prezados amigos,

Ficamos muito satisfeitos e  
até mesmo orgulhosos quando  
recebemos o nº 242 de *Tempo e Presença*, sobre a América  
Latina. É uma edição oportuna  
e para nós utilíssima: vamos  
usá-la como subsídio  
para leitura e reflexão de  
lideranças populares que  
participam dos cursos de formação  
promovidos pelo Centro  
Nordestino de Animação Popular  
(Cenap).

Pedimos que nos sejam  
enviados 150 exemplares de  
América Latina-Nossa Pátria  
Comum (nº 242).

Solicitamos que a expedição  
seja logo providenciada  
pois, como dissemos, os  
exemplares nos servirão para  
os cursos que serão realizados  
na 2ª quinzena de agosto e início  
de setembro.

Que vocês continuem  
acertando nesse trabalho sério,  
profissional e competente,  
plantado no chão da experiência  
e das necessidades de nossos  
irmãos.

**Vanise Araújo**  
Diretora Executiva  
Recife — PE

Estou lhes escrevendo para  
solicitar que me enviem a  
publicação "Dívida Externa e  
Igrejas: uma visão ecumênica"  
Aproveito para registrar a  
boa qualidade de *Tempo e Presença*, um trabalho sério e

com um grande compromisso  
com a divulgação da verdade.

**Aparecida Barbosa da Silva**  
Silva, Petrópolis — RJ

Saudações especiais pelas  
excelentes publicações, principalmente  
os números sobre *Crise Econômica e América Latina*.  
Compromisso de classe garantindo  
corretas informações.

**Júlio C. Marchi**  
Florianópolis — SC

Tenho tomado conhecimento  
do valioso trabalho registrado  
nas páginas da revista *Tempo e Presença*,  
interessante passar a ser assinante  
da mesma.

**Martiniano José Santos**  
Costa  
Valença — BA

A revista *Tempo e Presença*  
é um instrumento de

conscientização nas atividades  
que realizo.

Quero agradecer por ter  
sido uma das pessoas escolhidas  
para receber uma assinatura  
gratuitamente, e dizer-lhe  
que estou comprometida na  
divulgação e conquista de  
novos assinantes.

Esta revista merece  
destaque e divulgação por estar  
comprometida com a vida  
num Brasil com tantos sinais  
de morte.

**Edla Eggert**  
São Leopoldo — Rs

Tenho comigo alguns  
exemplares de *Tempo e Presença*.  
Considero um importante e  
atual subsídio de reflexão  
na ação pastoral. É de meu  
interesse fazer a assinatura  
desta revista. Peço a  
gentileza de incluir meu nome  
entre os assinantes.

**Pe. Milton Zonta**  
Videira — SC

## PUBLICAÇÕES DO CEDI

### MOVIMENTO CAMPONÊS

Canavieiros em greve	NCz\$ 5,40
----------------------	------------

### PASTORAL

A celebração da vida	NCz\$ 8,40
Creio na ressurreição do corpo (Rubem Alves)	NCz\$ 19,60
De dentro do furacão (Richard Shaull)	NCz\$ 28,00
Servos livres (Emilio Castro)	NCz\$ 19,60
Estudos bíblicos de um lavrador	NCz\$ 8,40
Jesus Cristo, a vida do mundo	NCz\$ 11,20
Missão e evangelização	NCz\$ 11,20
Poesia, profecia e magia (Rubem Alves)	NCz\$ 19,60
Pão, vinho e amizade (Julio de Santa Ana)	NCz\$ 33,00
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias)	NCz\$ 16,80
A experiência da fé (Julio Barreiro)	NCz\$ 24,00
Pai nosso _ meditações (Rubem Alves)	NCz\$ 24,00
Projetos de esperança	NCz\$ 21,00
Caderno 8 — Igreja, desenv. e partic. popular	NCz\$ 11,20
Caderno 12 _ VI Assembléia do CMI	NCz\$ 22,40
Caderno 18 _ Onze de abril: o dia da audácia	NCz\$ 16,80

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

## Índice

### Violência

- 4 AUTORITARISMO DEPOIS DA DITADURA  
Paulo Sérgio Pinheiro
- 6 CULTURA DA VIOLÊNCIA  
Emir Sader
- 8 VIOLÊNCIA  
Rubens Alves
- 11 O BRASIL É UM PAÍS VIOLENTO  
Sergio Adorno
- 16 A LÓGICA PERVERSA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS  
Luiz Francisco Silva
- 19 ACIDENTES E DOENÇAS NO MUNDO DO TRABALHO  
Francisco A. de Castro Lacaz e Leny Sato
- 22 NO TERRENO BALDIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS  
Antonio C. Gomes da Costa
- 25 HUMILHAÇÃO GEMIDOS E ESPERANÇAS  
D. Mauro Morelli
- 27 "TEVÊ-TENGANA"  
Carlos Cunha e Xico Teixeira
- 29 TODA A CRIAÇÃO GEME E SUPORTA ANGSTIAS  
Milton Schwantes

### Sucessão

- 31 ELEIÇÕES E DEMOCRACIA  
Florestan Fernandes
- 33 PARTIDOS, CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÕES  
Luiz Alberto Gomes de Souza

### América Latina

- 35 INCERTEZAS DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA  
Francisco Welffort

### Bíblia Hoje

- 39 CUIDEMOS DO QUE DEUS CRIOU  
Silvio Meincke

### Igrejas

- 41 AUTORITARISMO OU COMUNHÃO NA IGREJA
- 42 AGUDIZAÇÃO DOS CONFLITOS  
José Oscar Beozzo

### Livros

- 43 RELEITURA LATINO-AMERICANA DO CREDO  
Carlos Cunha

# VIOLÊNCIA ATÉ QUANDO?

*Em todos os meios de comunicação social, nos debates políticos, nas conversas entre amigos, a questão da violência é tema quase obrigatório. Somos inundados por acontecimentos, intenções e discursos que revelam facetas, as mais distintas, da violência. As reações das pessoas são diversas e contraditórias — ao mesmo tempo que se condena a violência ela também atrai e fascina multidões. Inacreditável o sucesso dos filmes que exaltam o herói violento, os esportes que consagram o mais forte e brutal; até as histórias infantis que exaltam a violência são as preferidas. Como explicar este comportamento paradoxal?*

*Nas estruturas da sociedade há evidências de um autoritarismo socialmente existente, que se constitui como um regime de exceção paralelo e que encontra uma certa legitimidade no próprio interior da sociedade. A presença da violência está entranhada na organização social, de forma solerte e insidiosa, e mascarada por um discurso com roupagem democrática e humanista. Os seus mecanismos de interiorização são eficazes e sutis.*

*Apesar de todas as reações esboçadas contrárias, está se construindo uma cruel "cultura da violência", que encontra como um dos seus instrumentos mais poderosos a penetração das imagens das televisões em todas as casas e em todos os momentos. Tanto a violência explícita, como a mais perigosa — a oculta e não explicitada — são veiculadas. O escamoteamento dos fatos, a deturpação programada das informações, a parcialidade dos comentários, a não revelação das evidências que são contrárias aos interesses dos grupos dominantes, as insinuações maliciosas e tantas outras formas de deturpações constituem uma violência ética de efeitos desastrosos e incalculáveis. Acabam fazendo da mentira uma verdade, de um mau caráter um cidadão exemplar, de uma reivindicação*

*popular justa um ato de terrorismo e anarquia. Desta forma se mantém, para uma grande parte da população — que acredita de boa fé nas informações veiculadas — uma estrutura intrinsecamente violenta.*

*E esses mecanismos vão rotulando populações, movimentos sociais, organizações políticas e até regiões inteiras como símbolo de violência. Insufla-se na sociedade esses estigmas, desvirtuam-se os fatos, esquecem-se as causas das situações violentas e consegue-se que os atos de repressão sejam considerados naturais e até necessários.*

*A chamada Baixada Fluminense é a vítima ideal dessas deturpações e interpretações capciosas e desumanas. Pouco se questiona quem cria e a quem servem as estruturas sociais e econômicas que mantém uma população pobre e trabalhadora sob situações limites de vida, mas que persegue, apesar de tudo, apenas a dignidade, o direito de viver e alimentar a esperança de que é possível a construção de um mundo melhor e alegre.*

*O escândalo da violência tem muitas facetas. No Brasil sobressai hoje a situação da criança. Os números são aterradores. Milhões de meninos e meninas vivem na miséria absoluta, sem pais, sem teto, sem escola e sem direito de serem felizes. A situação se agrava com o empobrecimento do país e há gerações que são consideradas perdidas. O último encontro dos "meninos de rua" mostra o terrível quadro que vivemos e, também, um fio de esperança com a mobilização dessas crianças.*

*Tempo e Presença, neste número, trata do tema da violência, enfocando-a sob diversos aspectos. É mais um grito para se juntar a todos aqueles que ainda acreditam num mundo feliz. Incluímos alguns artigos analíticos sobre eleições pois, sem dúvida, no momento novo que desejamos viver em 90, alimentamos esperança de que poderemos ir construindo uma cultura de paz e de vida.*



# AUTORITARISMO DEPOIS DA DITADURA

*A violência praticada contra classes médias e burguesia durante a ditadura suscitava protestos. Hoje a mesma violência sobrevive sob o pretexto da luta contra a criminalidade*

**Paulo Sérgio Pinheiro**

**D**esde a proclamação da República, faz cem anos, podemos dizer que no Brasil sempre predominou em relação à maioria da população, por parte do Estado e de seus aparelhos, o que chamamos de “regime de exceção paralelo”. Por isso entendemos um regime político onde a ilegalidade a que estão submetidas as classes populares, “as classes torturáveis”, na expressão de Graham Greene, é muito mais larga do que aquela inerente à própria lei ou à existência da polícia. Nós acreditamos que esse regime inde-

pende do regime político vigente e igualmente do regime constitucional: nenhuma das chamadas transições democráticas, seja depois da ditadura do Estado Novo, quer depois das diversas ditaduras militares, de 1964 a 1985, afetou substancialmente o que poderíamos chamar de “regime de exceção paralelo”.

Os impasses da transição desvendam que essa autonomia dos aparelhos repressivos, e as práticas da violência ilegal, sobrevivem em níveis tais não constatáveis em outras transições políticas

na América Latina ou em alguns casos europeus, como a Espanha e a Grécia. O que nos parece evidente, insistimos, é que as dimensões propriamente institucionais do “regime de exceção paralelo” não poderiam subsistir se não contassem com algum apoio e legitimidade no interior da sociedade. Tanto a tortura como a eliminação de suspeitos e outras práticas rotineiras da “pedagogia do medo”, sistematicamente aplicada às classes populares (invasões de domicílio, operações “sweeps” de limpeza das ruas, espancamentos, sequestros, assassinatos no campo, massacres), são tolerados com bonomia.

**Ilegalidades agregadas** — O discurso oficial simplesmente ostenta um repúdio retórico que não se traduz em nenhuma ação concreta, consagrando a impunidade para a violência ilegal. A saber, as mesmas práticas que durante o período autoritário suscitavam protestos, marchas, manifestações — quando os atingidos eram indivíduos procedentes das classes médias e da burguesia. Na atual transição, como em outros períodos passados de normalidade política, crê-se que contra as classes populares e os criminosos esses métodos, repudiados durante a ditadura, podem sobreviver plenamente justificados. A política de segurança pública, por exemplo, dos governos de transição política, continua sendo a mesma da violência explícita e ilegal da ditadura. O combate contra o crime comum continua sendo feito pelas linhas convencionais e anteriores à ditadura, enriquecidas pelas ilegalidades agregadas durante esse período, como a militarização do policiamento ostensivo, aliás consagrado pela Constituição de 1985.

A autonomia do funcionamento dos aparelhos é dissimulada pelo discurso democrático que não consegue intervir nessas pontas. Os governos democráticos da transição, após 1985, foram incapazes de alterar essa situação porque fizeram de conta que essa coerção, fundada em sua maior parte na ilegalidade ou não-legalidade, pudesse ser modificada através da mudança da política nos centros do poder. Enquanto não houver um reconhecimento da localização das relações de violência onde elas efetivamente se dão, nenhuma política de reforma é possível, pois a dissimulação é um atributo necessário das relações de poder, como lembra Bourdieu ao propor que “o caráter específico de toda relação de força é dissimular-se como tal, e adquirir toda

a sua força porque é tão dissimulada". A transição política para uma democracia somente é possível quando a essa dissimulação da repressão ilegal nas pontas, a sociedade impõe a transparência — algo que o discurso liberal tradicional dos governos eleitos depois de 1982, nem o governo civil federal eleito pelo colégio eleitoral, em 1985, não quiseram ou não tiveram condições de realizar.

**Repressão autônoma** — A situação dos direitos humanos, que tanto no campo capitalista como socialista são hoje referência para todos os sistemas políticos, no Brasil é extremamente reveladora, a nosso ver, dessa autonomia do aparelho repressivo e da não implantação efetiva de um "estado de direito", na transição política que se abre em 1985. No final do regime ditatorial implantado em 1964, havia a ilusão de que com a democracia as reivindicações quanto ao respeito aos direitos humanos, formuladas durante a ditadura, pudessem ser transferidas para o processo de democratização, sem a necessidade de propor novas estratégias.

Julgava-se que com a transição democrática as mesmas exigências que haviam sido brandidas na defesa da minoria de dissidentes políticos do regime pudessem ser transferidas para a proteção da maioria das classes miseráveis, pobres e indigentes. Essa transferência quase inocente dos direitos humanos, com base numa coalização ampla de apoios da sociedade civil, de uma minoria de ativistas, militantes e



Na "Nova República", agravou-se a militarização frente às greves

dissidentes do regime militar, para uma defesa, como base de apoio estreitada, dos direitos humanos da maioria expoliada da nação esbarrava nas próprias condições de reprodução da dominação na sociedade.

Se ao nível ideológico a resistência contra a atuação de um largo contingente de entidades de direitos civis passou a ser enorme, a partir do final da repressão política (especialmente depois da eleição dos primeiros governos estaduais por voto direto), a atitude oficial por parte das autoridades da antigamente chamada "Nova República", em relação ao conflito da sociedade civil, indica uma enorme con-

tinuidade se comparada com aquela da ditadura, por exemplo, agravando-se até à "militarização" no enfrentamento das greves. Esta "militarização" se conjuga com a permanência de outras práticas, criticadas em relação aos dissidentes políticos mas historicamente toleradas em relação aos criminosos comuns e suspeitos egressos das classes populares. Entre 1985 e hoje continuam a ser freqüentes os casos de tortura, registrados até pela televisão como foi o caso recente no Pará.

Enfim, podemos dizer que no caso brasileiro predomina o que se poderia chamar de um "autoritarismo socialmente existente" que precede e ultrapassa os regimes políticos autoritários e independe da periodização da história política. Devo esta expressão a Guilherme O'Donnell na sua observação de que "talvez porque o autoritarismo está tão 'socialmente' implantado no Brasil, o aparelho estatal foi e, sobretudo, apareceu, tão poderoso e decisivo, e acaprou tanto a encenação dos grandes episódios da vida nacional".

Parece estar inscrito em uma grande continuidade autoritária que marca a sociedade brasileira (e sua "cultura política") diretamente dependente dos sistemas de hierarquia implantados pelas classes dominantes e reproduzidos regularmente com o apoio dos instrumentos da opressão, da criminalização da oposição política e do controle ideológico sobre a maioria da população.



Paulo Sérgio Pinheiro é professor associado do Departamento de Ciência Política/USP e diretor científico do Núcleo de Estudos da Violência.

# CULTURA DA VIOLÊNCIA

*Surge na periferia das grandes cidades uma cultura da violência como um dos princípios básicos de articulação de vida dessas comunidades, orientando, inclusive, a vida de crianças e jovens*

**Emir Sader**

**J**á não é nenhuma novidade que a transição política instaurou um regime híbrido, entre a ditadura militar e embriões de democratização. As tutelas militar e financeira — através das dívidas externa e interna — são apenas dois elementos que foram o terreno minado que deixou o antigo regime. Na sua esteira, o direito de cidadania continuou distante da maioria da população brasileira. Se a metade da pobreza do país se situa no Nordeste, a outra metade habita os grandes centros urbanos — suas periferias. Em um e outro mundo impera, com a miséria, a violência.

Se o *poder* pode ser sinteticamente definido como a capacidade para impor sua vontade aos outros, a *violência* é a forma de imposição, pela força material, dessa vontade. Ela impera onde não tem vigência o direito ou onde as leis são reconhecidas abertamente como expressão do poder minoritário das classes dominantes.

A convivência com crianças e jovens originários das classes populares — mais diretamente de seus setores subproletários — que circulam pelas instituições totais permite ver como a violência permeia seu dia-a-dia, desde o seu nascimento. À violência do pai, do padrasto, da mãe, dos irmãos, dos grupos de rua, se somam logo a violência da polícia, a violência na escola, nas ruas da cidade. Pode-se dizer que são cedo ensinados que tudo que têm se deve à violência e



Carlos Carvalho

que tudo o que perdem também se deve à violência.

**Triunfo do mais forte ou do mais esperto** — A vida cotidiana, em que a situação de abandono, de contato diário com várias dimensões de nossa sociedade da forma mais brutal e cruel, só reforça neles esse sentimento de que triunfa o mais forte ou o mais esperto, ou finalmente, aquele que consegue impor-se aos outros contra a vontade deles. A ação policial, da Justiça, das instituições fechadas, apenas lhes devolve essa certeza, sedimentada, de guerra de todos contra todos nas selvas da cidade.

A forma brusca e precoce com que abandonam ou são arrancados do meio familiar, sem tampouco encontrar na escola ou em outro espaço formas de socialização alternativas, tem efeitos muito concretos sobre eles. Vivem no

aqui e no agora, com dificuldades para integrar a seus comportamentos parâmetros de juízos de valor. São de uma grande agudeza para julgar pessoas, pela própria vivência que acumulam de forma intensa. Por outro lado, submetidos a situações que lhes são descritas, sabem distinguir perfeitamente os comportamentos éticos de respeito aos direitos alheios da mesma maneira que aos seus. As barreiras lhes aparecem na integração desses valores a seus comportamentos concretos, na articulação entre os critérios abstratos e as situações singulares que vivem, como decorrência da própria forma de socialização a que são submetidos.

Produz-se assim e se reproduzem as condições para a existência de uma *cultura da violência*, nos moldes em que o antropólogo norte-americano Oscar Lewis formulou o termo *cultura*

da pobreza. Ao utilizá-lo, ele esclarecia que o caráter de *cultura* advinha do fato de que a pobreza “não é apenas um estado de privação econômica, de desorganização ou de ausência de algo”. Ela dispõe de uma estrutura, uma articulação, mecanismos de defesa e de reprodução, constituindo-se em valores positivos, que orientam a vida das pessoas que se defrontam com a pobreza como forma substancial de vida e tem que viver e conviver com ela sempre.

**Segregação** — Ao cristalizar-se como *cultura*, ela de alguma forma se autônoma em relação às condições que a originaram. Os valores que a caracterizam se reproduzem e se multiplicam já por mecanismos próprios, por um impulso autônomo. Mesmo a eliminação das suas causas não implica imediatamente na sua desaparecimento como forma de vida, de tal forma ela se interiorizou na mente e nos corações dos que vivem nela.

Creio que se pode falar de uma *cultura da violência*, nesse sentido, no universo da periferia abandonada das grandes cidades, que inclui a Baixada Fluminense e os morros cariocas, mas também grandes setores das zonas sul e morros de São Paulo, bem como das cidades do ABCD. Essa cultura orienta a vida não apenas de boa parte das crianças e jovens carentes e abandonados, mas pode-se dizer que ela se erige como um dos princípios básicos de articulação da vida dessas comunidades, como forma de defesa e de sobrevivência diante de um mundo que as marginaliza, as segrega, as exclui e lhes impõe violentamente uma vida reduzida à sobrevivência. A polícia, a Justiça, a estrutura carcerária são, desde logo, instrumentos de imposição e de reprodução dessas normas e dessa vida.

João Roberto Ripper

Os espaços de apoio para relações comunitárias de solidariedade são poucos, reduzindo-se muitas vezes a órgãos da Igreja, como as pastorais. A ausência dos partidos políticos é notória nessas zonas periféricas, a exceção, quando existe, sendo dada pelo PT. Mas em geral, nem sequer os comitês eleitorais que pululam como cogumelos conforme os calendários do voto sobrevivem, como demonstração de que as concepções de partido são as de apêndices parlamentários e ministeriais do aparelho de Estado.

Os padrões de acumulação de capital se responsabilizam pelo resto — pela sedimentação de formas totalmente mercantilizadas de ação estatal, de produção da sobrevivência.

**Reprodução da violência** — A violência que vem de cima é reproduzida pelo próprio meio social. Entre a alternativa do abandono e da infração, uma

parte das crianças e jovens apela para esta, como forma de defesa e de instrumento de luta pela sobrevivência. Ao reproduzir as formas de violência geradas pelo próprio sistema, imprimem-lhe um caráter alimentador desse sistema. Sua reação individual — ou mesmo de grupos — não vincula o destino de cada um ao da comunidade que sofre a mesma miséria, marginalidade e discriminação. Mas não é menos verdade que uma criança ou jovem considerado infrator tem, de certa forma, muito mais humanidade do que aquele considerado abandonado, que na realidade se resigna ao “destino” imposto pela sociedade.

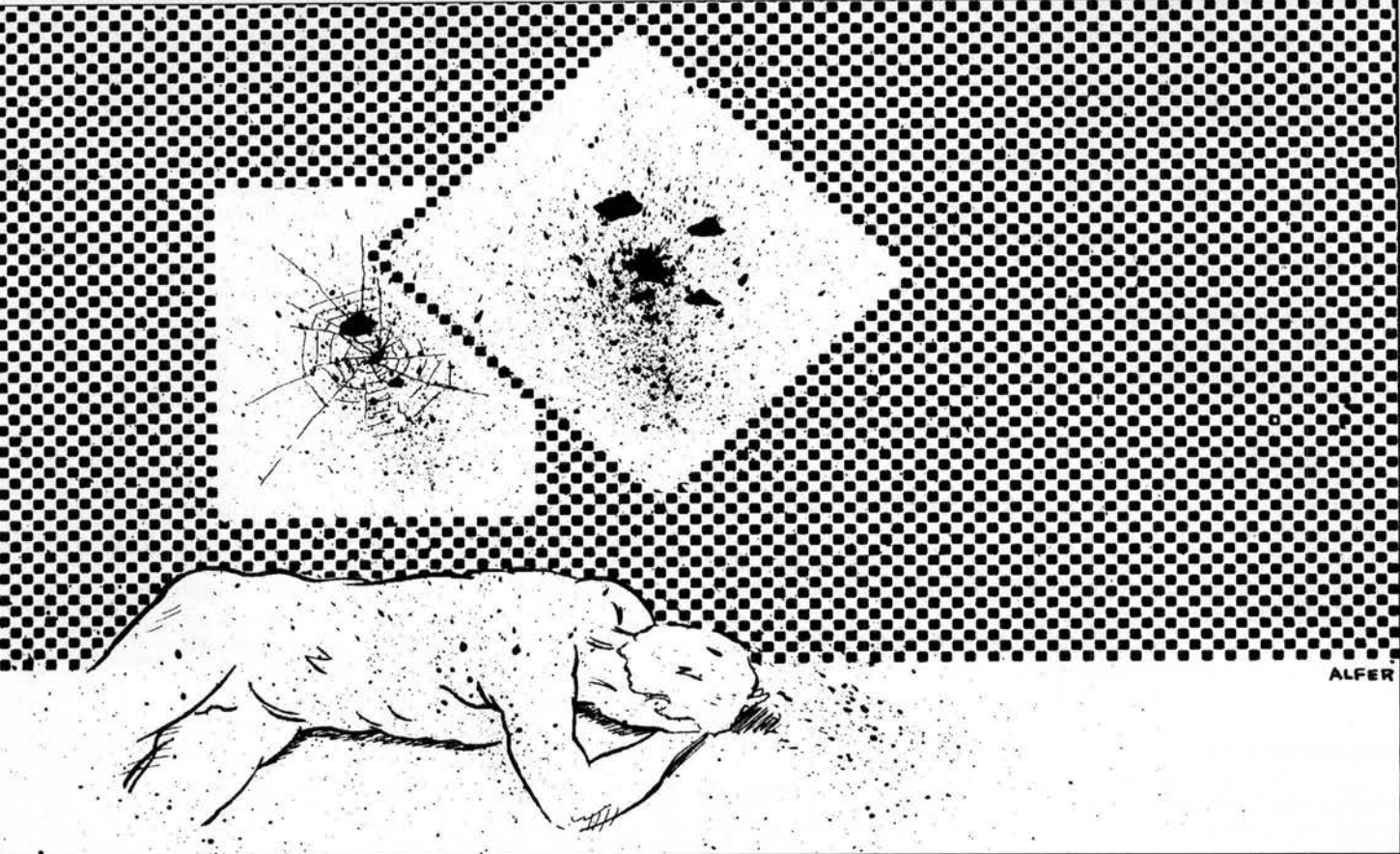
À falta de outros meios de socialização, a “gangue” desempenha esse papel. Formas de solidariedade, de vida comunitária, permeadas pela violência, ocupam o lugar da família, da escola e de outras instituições tradicionais. Nenhum espaço lhes é ofereci-



do pelas forças políticas e sociais como alternativa desse meio de agregação e defesa.

Abandonados à sua sorte, a maioria das crianças e jovens originários do meio subproletário vivem quase condenados à violência individual, sem perspectivas políticas e educacionais. Em lugar de “parteira da história”, a violência serve para eles como forma de sobrevivência em meio a um mundo que mais e mais entrega a cada um seu destino, pela vida da mercantilização, da “instauração do capitalismo no Brasil” e do “choque capitalista”.

Emir Sader é professor de sociologia da Universidade de São Paulo (USP)



# VIOLÊNCIA

*Há várias maneiras de explicar a violência. Uma delas — a psicanalítica — diz que ela mora em nós, a espera das condições exteriores propícias para sua manifestação*

## Rubem Alves

**H**oje, a moda é explicar a violência. Para exorcizar o seu terror. Porque quando ela é explicada deixa de existir como coisa primeira: é só consequência de uma outra, que a provocou. Como se explica um defeito no motor do carro. Na verdade, o motor é perfeito; na sua concepção, uma máquina que funciona sem interrupções. Se parou, é porque entrou um cisquinho no carburador ou uma ligação elétrica se partiu. Como se explica também que o motorista morreu no acidente porque dormiu na direção. Mas como nós nunca dormimos

na direção, podemos continuar a viajar de noite, sabendo que nada nos acontecerá.

A explicação tem esta função: ela nos garante que, nos seus fundamentos, o mundo está em ordem. Para isto basta evitar ou consertar seus erros acidentais.

E é assim que se explica a violência das pessoas, apontando para suas origens sociais. As pessoas são violentas porque vivem em estruturas violentas. Seu comportamento violento nada mais é que uma reação a uma provocação externa. No fundo os homens são bons. São os desvios da história que os fizeram maus. Se consertarmos a história e eliminarmos as estruturas violentas, a violência desaparecerá. Pois é claro: se ela nada mais é que o efeito de uma causa, com a eliminação desta o seu efeito não poderá aparecer.

Tem também a violência que é resultado de loucura. Mas loucura é quando a pessoa está fora de si. Então, não foi ela que foi violenta, pois nem sequer estava presente na cena. E o *juris*, com uma lógica impecável, vai absolvendo criminosos sob a alegação de que se encontravam “sob forte co-

moção” e com “privação de sentidos”. Aquela pessoa que está ali como réu, na realidade não foi ela quem matou. De fato, se o seu corpo foi instrumento do crime, não foi a pessoa. Cessada a perturbação, ela voltou a ser o que era. O criminoso, portanto, deixou de existir. Se o seu corpo foi instrumento de violência, foi porque um outro dela se apossou — que nada tem a ver com a pessoa pacífica e arrependida que ocupa o banco dos réus. E temos de admitir que o argumento é válido. Como condenar uma pessoa inteira por um ato que foi apenas uma exceção? Até mesmo os bons podem ser tomados por acessos de loucura. Mas, passada a loucura, como ignorar a sua bondade?

E há também a explicação e justificação da violência como ato de defesa da própria vida. “Legítima defesa”: quando a única forma de colocar um fim à violência do agressor é usar violência contra ele.

A violência explicada é violência que fere mas não coloca em perigo o nosso mundo. Ela é incorporada dentro de nossa compreensão otimista dos homens. No fundo o que existe é a bondade. A violência é nada mais que uma perturbação lamentável desta ordem, que pode ser remediada.

O que é ameaçador é um outro tipo de violência: violência gratuita, pelo puro prazer de fazer sofrer. Até mesmo

a violência do criminoso que destrói para roubar é compreensível. Pois se trata de um meio para se atingir um fim. Não é esta a violência da guerra? Agostinho observava que todos os que fazem guerra não fazem guerra pela guerra, mas fazem guerra pela paz, isto é, uma paz que esteja de acordo com os seus interesses. Por absurdo que possa parecer, o fato é que até a guerra pode ser explicada. Ela tem causas; ela tem objetivos. Se os seus objetivos pudessem ser atingidos por outros meios, ela não aconteceria.

Mas há uma violência que não é meio para coisa alguma: violência que é um fim em si mesma, violência que dá prazer. E nisto ela está muito próxima da atividade sexual, que não se realiza para o fim da procriação, mas pelo puro prazer do orgasmo.

Quando eu era menino nos divertíamos fincando palitos nas bundas das tanajuras, para que elas ficassem batendo asas desesperadas, e girando, girando...

Uma amiga me observou — coisa que eu nunca tinha percebido — que o riso dos desenhos animados é sempre provocado pela violência. Riso sádico. O piano cai sobre o Tom, que se transforma num caranguejo. Ou é a ratoeira que pega o seu nariz. Ou o mergulho na piscina vazia, em que ele se quebra como se fosse louça, para logo depois aparecer ressuscitado, para continuação do festival de sadismo. Nos desenhos animados não há *knock-out*. Ou os desenhos do Bip-bip, pássaro peralta, perseguido por um coioite que não desiste. E o riso está quando o coioite cai no precipício, e a dinamite explode no seu rosto. Sem isto o desenho não teria graça. É, o sadismo tem graça. Dirão: "Mas é só desenho animado!". Eu sei! O extraordinário é que os desenhos animados tenham descoberto que o sadismo é a forma mais rápida de se provocar o riso. Bondade não faz rir. Faz é chorar...

A última luta do Mike Tyson: uma ejaculação precoce, fim abrupto daquela que se esperava ser uma longa experiência de prazer. Mas não: a troca de socos durou pouco, e o desaponto ficou ali na cara mesmo de pacifistas convictos.

As brigas de galo. O prazer na violência é tanto que sobre as esporas naturais se colocam outras de ferro, pontiagudas, para que o sangue jorre mais fácil. As touradas, manifestação suprema da cultura esportiva de um povo que aplaude, orgástico, quando as *banderillas* afiadas entram na carne do pobre bicho. E os especialistas em tal arte sádica de matar aos poucos, para o

## *A violência explicada é violência que fere mas não coloca em perigo nosso mundo*

deleite estético de muitos, são os belos "matadores". Sim, os matadores têm de ser belos, para provocar a inveja dos homens e o amor das mulheres.

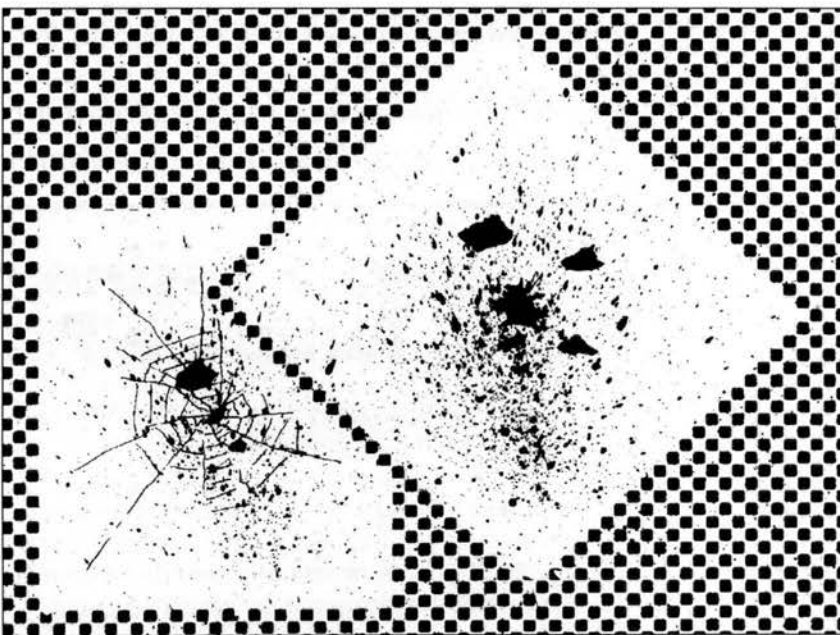
E o futebol? Que ele está ligado ao sadismo, não há dúvidas. E para isto não é necessário invocar os conflitos que já se tornaram notórios. Mesmo quando ninguém é morto, a emoção da partida está no gol. Ninguém vai ao estádio apenas para ver uma bela exibição de esporte, onde nenhum gol é feito. Não é pela beleza do espetáculo. O que se espera é aquele momento supremo em que se inflinge a dor ao adversário. Gol no futebol equivale à *banderilla* nas costas do touro, à espora de ferro no olho do galo.

Na escola a meninada gosta de escolher um "pato". Via de regra um menino mais fraco, mais feio, esquisito. A forma mais branda da violência é o apelido, que nada mais é que um nome que cutuca a ferida. Lembro-me que, no ginásio, havia um colega que tinha o apelido de "Dr. Silvana" — para aqueles que se lembram do "Globo Juvenil Mensal". Eu mesmo recebi o nome de "Mineiro", não por ter nascido no Estado de Drummond e Guimarães Rosa, mas por falar "mar" e "came", com erre carregado, e não com os erres guturais dos cariocas. Apelido só tem graça quando fere. De-

pois, há as violências que vão das palavras aos fatos, e que culminavam nos rituais de humilhação chamados "trotes".

Pessoas normalmente pacatas, em geral fracas, são transfiguradas nos rituais de linchamento. Todas querem dar o seu murro, sua paulada, sua facada. E dormem com a consciência tranqüila. Quando as pessoas se juntam, o senso moral enfraquece e a besta que estava à espreita, dentro de cada um, pula para fora. E viramos lobisomens.

E a coisa aparece também na política. É improvável que candidatos pacifistas e ecológicos sejam eleitos. Um dos candidatos mais votados no Estado de São Paulo foi um tal de Afanásio, radialista, que diariamente oferecia aos seus ouvintes celebrações de violência em que os "mocinhos", respeitadores da lei, ele, nós, todos identificados como herói que saca sua arma e mata os bandidos, liquidavam os inimigos. É bom matar um inimigo. E aí está um segredo para ser eleito: identifique um bandido, sejam os "marajás", sejam os desonestos, sejam os ingleses que tomaram as Malvinas, sejam os judeus ou os negros, e prometa que eles serão liquidados. A vitória é certa. Em torno dos rituais de violência até os inimigos fazem as pazes. Matar junto é um sacramento de fraternidade.



*Gol no futebol equivale à banderilla nas costas do touro, à espora de ferro no olho do galo*

## *O cristianismo, para salvar os homens, colocou a violência do lado de fora, no Demônio que toma posse*

E aí o senso moral pára de funcionar e a razão sai de cena. Não admira que Hitler tenha subido ao poder, e que o povo argentino tenha feito as pazes com os militares na guerra das Malvinas. Se a aventura tivesse dado certo, até hoje estariam de bem. Parece — e isto é terrível — que dentro de nós o ódio gruda muito mais que o amor. Mas a explicação é simples: o amor é fraco e demorado; a violência é forte e rápida. É mais fantástico derubar uma árvore que levou séculos para crescer, que plantar uma que só crescerá depois que estivermos mortos... É por isto que gostamos tanto dos filmes de guerra e dos Rambos. Identificamo-nos com o homem de metralhadora na mão e ali vamos gozando a volúpia da violência...

Esta violência gratuita nos faz suspeitar que as explicações sejam terríveis. Na verdade, não há explicações. O cristianismo, para salvar os homens, colocou a violência do lado de fora, no Demônio que vem, invade e toma posse. Mas se a violência é coisa do Demônio, ela não é tão grave assim, pois Demônios se exorcizam com as palavras sagradas. Mais terrível é a sugestão de que a violência seja coisa que mora em nós, ficando lá escondida, à espreita, esperando o aparecimento das condições exteriores para a sua manifestação. Não surge nem das condições sociais e nem da privação

dos sentidos. Tais condições são apenas a ocasião para a sua revelação. A teologia mais sofisticada, abandonando o auxílio do Demônio, se referia ao "pecado original". Já nascemos portadores de uma perturbação em nossa capacidade de amar. Enamoramo-nos da "coisa ruim": fazemos amor com a morte.

E para isto não há explicações. Com o que a psicanálise concordaria, dizendo que somos uma mistura desigual de Eros e Tânatos, vida e morte. E a distribuição não é democrática. Alguns recebem muita vida e pouca morte. Outros, pouca vida e muita morte. O que não deixa de ser uma versão moderna da doutrina calvinista de "dupla predestinação": antes que tivéssemos feito qualquer coisa, em nossa total inocência, em nós as duas potências já se encontram em sua inexplicável desigualdade.

Talvez a expressão simbólica mais curiosa deste sadismo está no inferno, lugar onde colocamos aqueles a quem marcamos pelo ódio dentro das câmaras de tortura eternas. E se pensam que o inferno não existe dentro, mas em algum lugar do cosmos, teremos então de admitir que o próprio Deus tem um eterno prazer nos gozos sádicos: da felicidade dos céus, contemplando o sofrimento dos perdidos. É claro que esta tem de ser uma visão de felicidade, pois se assim não fosse

Deus estaria se condenando a si próprio a um sofrimento sem fim...

Mas a melhor lição sobre a violência eu a encontrei no livro de Orwell, 1984. Lá, na câmara de torturas, o torturador dá esta notável lição ao torturado:

"Não, não o torturamos para saber nenhum segredo. Não há coisa alguma que você nos possa dizer que nós não saibamos. Não somos nós que precisamos aprender. É você. E a lição é simples. O poder. Tiranos de outras épocas foram estúpidos. Pensaram que o poder era *meio* para algum fim. E repetiam para si mesmos e para outros que eles torturavam e matavam *a fim de que*, algum dia, houvesse mais prazer e alegria. Somente nós compreendemos a verdade. O poder não é meio para coisa alguma. Não queremos uma sociedade mais justa. Não queremos que os homens e mulheres sejam mais felizes. Não queremos prazeres para nós mesmos. Uma coisa somente é importante: *o poder*. E é isto que se sente quando o corpo do torturado se contorce, impotente. É bom fazê-lo sofrer. Em meio aos seus gritos, algo de mágico acontece: na medida em que ele fica mais fraco, eu me sinto mais forte. Transusão de poder. Ele está mais próximo da morte. Eu estou mais próximo dos deuses. Aqui está a simples lição de poder: sentimos mais a volúpia da divindade quando temos poder para fazer sofrer e para matar."

Não gosto de ler isto. Mas tenho a impressão de que é verdade...

*Parece que dentro de nós o ódio gruda mais que o amor.  
O amor é fraco e demorado, a violência é forte e rápida*

Rubem Alves, teólogo e filósofo, é professor da Unicamp. Autor, entre outros, de *Creio na Ressurreição do Corpo* (CEDI), *Pai Nosso* (CEDI/Paulinas) e *Da Esperança* (Papyrus).



## Leia e assine a revista Tempo e Presença

Assinatura anual: NCz\$ 30,00 Assinatura de apoio: NCz\$ 40,00 Exterior: US\$ 30

Tempo e Presença é uma publicação mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares. Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Faça sua assinatura através de *cheque nominal* para o CEDI, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do *Setor de Distribuição* — CEP 01238 — São Paulo — SP

SERGIO ADORNO

# "O BRASIL É UM PAÍS VIOLENTO"

Entrevista a Oscar de Paula

A violência hoje no Brasil está arraigada como uma epidemia. Uma moléstia social, política, econômica e cultural que, por todas essas facetas, constitui um desafio para todos que se preocupam com seu poder incrustado no aparelho burocrático do Estado, nas escolas, no fazer político, nas relações interpessoais, no espaço privado da casa e no espaço público da rua. A maneira como as autoridades, os meios de comunicação de massa, os políticos e a própria população vêem o fenômeno da violência em todas as suas instâncias sociais leva à indagação de como e para quem a sociedade brasileira está efetivamente organizada.

Nesta entrevista exclusiva para *Tempo e Presença*, Sergio Adorno, professor do Departamento de Sociologia e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), analisa a temática da violência, em seus múltiplos aspectos, a partir da realidade de uma sociedade hierarquizada, concentradora de poder e opressora de grandes camadas da população



Douglas Mian

TP — *Que forças, no seu entender, se inter-relacionam para criar o atual nível de violência na sociedade, na política e no Estado brasileiro hoje?*

Adorno — Essa temática é muito complexa porque envolve uma grande reflexão sobre as raízes históricas da violência no Brasil. A sociedade brasileira, no meu entender, é uma sociedade historicamente muito violenta. Basta lembrar como os índios, os povos indígenas foram tratados pelo colonizador; basta lembrar o amplo espectro da escravidão; basta lembrar ainda no período colonial as devassas, os modos muito violentos de lidar com a desobediência civil, de lidar com a insubordinação da população. Toda a longa história brasileira do século 19 é uma história de muita violência e derramamento de sangue. Ao contrário do que muitas vezes aparece nos livros de história, nas interpretações oficiais de que o Brasil é um país pacífico, o Brasil, na verdade, é um país violento. É só a gente pensar, por exemplo, na grande quantidade de revoltas populares do século 19 que foram reprimidas de Norte a Sul e reprimidas violentamente. É só lembrar Farrapos, Praieira, Cabanagem, Quebra Quilos (que aconteceu no Nordeste por volta de 1874, contra as medidas

de pesagem de produtos alimentícios) e a famosa revolta do Vintém, também no Rio de Janeiro no final do século 19. Estou dando uma imagem um pouco impressionista para mostrar como é violenta a sociedade brasileira.

É evidente que o problema é muito complicado. A gente teria que ver, de um lado, a violência que vem das classes dominantes, a violência do Estado e, de outro, o modo violento como muitas vezes as classes populares e os grupos se organizam e respondem à violência recebida. É claro que os significados da violência são muito diferentes, o sentido de violência dos grupos sociais passa muito pelo universo cultural e pela história de opressão e de dominação a que esses grupos sociais são submetidos.

Se a gente pensar um pouco nas raízes da violência no Brasil, verá que elas estão muito ligadas a uma sociedade que é altamente hierarquizada, onde há uma concentração de poder muito grande, onde a população em geral é muito oprimida. Os seus direitos são desprezados e chegam até a serem considerados, muitas vezes, uma concessão, uma dádiva. O direito à vida, à subsistência mínima, à saúde, à educação, tudo isso é vilipendiado.

*TP — Isso significa que o Estado e as autoridades não sabem lidar com as diferenças sociais e a opressão que estão na base da desobediência e do inconformismo?*

**Adorno** — Os grupos que dirigem este país têm uma imagem equivocada do povo. Este em geral é visto como insubordinado mesmo, incapaz de gerir seus próprios destinos, quer dizer, é na verdade considerado incivilizado. Além disso, os grupos que dirigem esse país vêem qualquer mobilização, qualquer manifestação popular como sendo uma forma de desobediência, de insurreição, e reagem violentamente. Não conseguem lidar com as diferenças sociais, não conseguem lidar com as diferenças de cultura, as diferenças regionais, as diferenças de raça, não conseguem lidar senão violentamente, ou seja, os aparelhos militares, as Forças Armadas, são muitas vezes instrumentalizados para conter reivindicações que são legítimas, situações de busca de um destino próprio. As classes dirigentes no Brasil, em geral, reagem a essas reivindicações de uma maneira muito violenta. Nós temos uma história de reação violenta, não só a história das prisões, não só a história da polícia, mas todas as grandes manifestações populares ou de raízes populares são reprimidas violentamente. O Estado só consegue descobrir na repressão e na contenção violenta a forma de lidar com essa população que lhe parece insubordinada, incivilizada e assim por diante. Em resumo, o tema é complexo porque o Brasil se defronta com diferentes modos de se conceber a violência.

*TP — Como o senhor analisa hoje a sofisticação, a estratificação da violência em nível do Estado?*

**Adorno** — Temos diferentes concepções do que é violência. Há, por um lado, algumas correntes de pensamento no Brasil que vêem a violência como transgressão da ordem. Todo ato que transgride as normas que são consideradas gerais para a sociedade é considerado ato violento; qualquer

forma de agressão a essa ordem é violência. Desde um homicídio, um furto, um assalto, até o desrespeito a uma norma contratual pode ser considerado na verdade um ato violento. A ênfase em geral é dada aos indivíduos. Os indivíduos é que são violentos. Os indivíduos é que trazem alguma característica em si que os tornam violentos. Eles não estão preparados para aceitar uma sociedade ordeira e pacífica.

Em geral essa concepção parte de uma idéia de que a ordem social é única. Ela é igual para todos. É como se todos os indivíduos agissem do mesmo jeito a despeito de suas diferenças de classe, de raça, de cultura, de sexo, de idade. Todos eles, de modo geral, teriam a mesma compreensão da sociedade e portanto a respeitariam da mesma maneira. Essa concepção é muito próxima do pensamento liberal.

Parece-me que ela comporta uma série de problemas, uma série de dificuldades. A primeira é que a compreensão da violência é, hoje no Brasil, muito diferenciada em relação aos diversos setores da sociedade. O que é violência para alguns setores não o é para outros. Aquilo que é considerado uma afronta para certos setores, para outros é uma medida justa, legítima. Então, na verdade, a gente teria que se perguntar qual é o sentido da violência para os diferentes grupos, as diferentes camadas e, principalmente, analisar os diferentes recortes nos quais essa sociedade está efetivamente organizada.

Outro exemplo é o pensamento marxista, que tem uma dupla leitura da violência. Por um lado, considera ilegítima a violência das classes dominantes contra as classes dominadas, pois é dominação, é imposição, é restrição dos direitos etc. Por outro, diz que a violência dos dominados contra as classes dominantes é legítima, porque é libertadora e transformadora. É uma forma corrente de se pensar a questão da violência e eu entendo que, embora importante, ela não dá conta de todas as questões sobre a violência hoje.

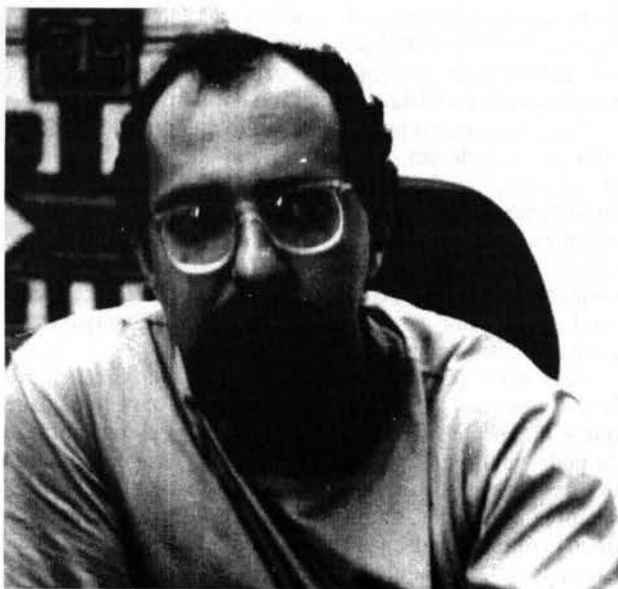
Atualmente, a gente vive no Brasil um mal muito grande. Nós, enquanto intelectuais, militantes etc. queremos uma sociedade justa onde a violência seja controlada. Queremos uma sociedade onde a polícia, por exemplo, funcione dentro de padrões constitucionais, a prisão respeite o direito das pessoas que estão presas. Enfim, queremos um Estado democrático onde a violência seja coibida. Mas, não podemos esquecer que boa parte das camadas populares do Brasil hoje apóia medidas como a pena de morte e as torturas. Então a gente fica se perguntando como é possível essa ambigüidade, se essa violência em geral atinge as próprias camadas populares e elas mesmas acabam referendando, legitimando e aceitando essas medidas de contenção, essas medidas violentas que fluem dos aparelhos de Estado.

Eu acho que quando a população referenda essas medidas, ela está querendo dizer outra coisa. Eu não acho que a população fala realmente em pena de morte, porque na verdade ela está com seus direitos suspensos em muitos outros setores da vida social. Não é só o problema do bandido que atrapalha as classes populares. Ele atrapalha porque, embora isso não seja veiculado pelos meios de comunicação de massa a maior parte das vítimas da violência são das camadas populares. São pobres vitimando pobres, pobres furtando pobres, são pobres assaltando pobres. É uma violência, na verdade, no interior das próprias camadas e classes populares. A violência que aparece nos meios de comunicação de massa, é a que transforma em vítimas as classes médias e altas.

*TP — A população em geral e a classe média, em particular, têm a mesma opinião sobre a violência?*

**Adorno** — Agora, eu penso no seguinte: a população po-

*O que é violência para alguns não é para outros. Aquilo que é considerado uma afronta para certos setores, para outros é uma medida justa e legítima*



Douglas Mansur

bre é incomodada pelo bandido, mas não pela violência criminal. Ela é incomodada por outras coisas. É incomodada pela falta de luz, pelas operações policiais que entram nas favelas e não distinguem quem é trabalhador de quem é bandido, se é possível fazer uma distinção clara disto. Acho que isto também é uma outra questão polêmica. A população pobre é vitimizada pela falta de justiça, pela falta de proteção de seus direitos sociais. Então, quando ela reclama do bandido está traduzindo uma reclamação de todas as outras esferas da vida social na qual seus direitos estão suspensos ou limitados. Daí que não dá pra se fazer uma leitura apressada do tema. Quando a classe média discute se é contra ou a favor da pena de morte, ela é, de fato, a favor da pena de morte, porque considera realmente o bandido seu grande inimigo.

Para as classes populares, o que está aí é justamente uma justiça que não funciona, que não garante os mínimos direitos de sobrevivência. Então, a questão da violência no Brasil é muito complexa porque a gente tem de compreender os diversos significados dessa violência, segundo os diferentes recortes, os diferentes grupos dessa sociedade. É por isso que não se pode falar na pena de morte em si, ela tem significados muito diferente. Essa tabulação é a seguinte, eu a entendo em relação às classes populares um pouco nesse sentido: "Olha, já que a justiça é incompetente, já que a polícia é arbitrária, deixe que façamos justiça com nossas próprias mãos", e é o que ela faz. Não quero dizer que esse é o procedimento legítimo, não estou querendo dizer que essa é uma forma adequada de lidar com a problemática da violência.

*TP — Isso é uma forma de defesa?*

*Adorno —* Sim, é uma espécie de defesa, uma forma de afrontar a ordem social, na medida em que essa ordem social afronta a existência de outras camadas da população. Então, eu acho que os sentidos são diferentes e a gente precisaria entender o que isso pode significar. O antropólogo Roberto da Matta tem uma interpretação muito interessante sobre esse fenômeno, sustentando essa idéia de que os significados da violência são diferentes. Nós concordamos em generalizar o sentido da violência, mas ele mostra também que a violência no Brasil é muito marcada pelo que chama de *espaço da rua e espaço da casa*. Ou seja, o espaço da casa seria o espaço privado, onde a *noção de pessoa* tem uma integridade moral, tem um reconhecimento, tem uma identidade demarcada. No espaço da rua, no espaço público, eu sou um "zé ninguém". Eu tenho o que se chama *carteira de identidade*, mas que não me diz muita coisa. Estou apenas inscrito na ordem geral da sociedade, das suas leis abstratas. A violência está muito marcada por isso, por esse jogo permanente entre o que eu sou na esfera pública e o que eu sou na esfera privada. Na esfera privada eu tenho um modo de agir e isso leva muitas vezes a reações violentas na esfera das relações interpessoais e me mostra, por exemplo, na ótica das camadas populares, o que é ser violento. Violento é o indivíduo que age de maneira muito mecânica, sem mediações: se eu quero, eu roubo; se eu desejo, eu estupro. Ao passo que toda a visão das camadas populares a respeito do que é não ser violento passa necessariamente pelo mecanismo do diálogo de mediação, do mundo simbólico, do pai, do parente. Ele tem de ter uma instituição que de certa forma mediatize essas relações entre as pessoas, e faça com que seja não violento aquele indivíduo que recorre necessariamente ao diálogo, o que mostra que essas camadas populares depositam uma crença nesse mundo da comunicação,

*Em casa, tenho uma identidade reconhecida; na rua, eu sou um "zé ninguém". Tenho uma carteira de identidade, mas que não diz muita coisa*

nesse mundo de intercâmbio, nesse mundo da troca. Ao passo que, em contrapartida, você teria um discurso, que seria erudito, que pensa a violência a partir da ótica da violência do Estado, das classes. Embora esta visão não seja errada, ela não é completa, ela não dá conta de todas as expressões da violência. Então o problema do Brasil é muito complicado, porque a gente precisaria, primeiro, apreender todos os diferentes significados da violência. Entendê-la a partir do modo pelo qual nossa sociedade está estruturada.

*TP — E como se explica essa estrutura?*

*Adorno —* Segundo a interpretação de Roberto da Matta, essa estrutura tem uma divisão muito clara. De um lado, na vida privada os homens são pessoas com dignidade, o que implica no respeito a essa condição enquanto pessoas. No mundo público, ao contrário, eles estariam marcados pela condição de cidadãos, o que implicaria que não ser violento significaria respeitar sua condição de cidadãos. Você tenta trabalhar essa divisão que está na sociedade, que é histórica e demarca os espaços onde a violência ocorre. Agora, para finalizar o meu raciocínio, eu acho que tanto no espaço privado quanto no espaço público, tanto no mundo da rua como no mundo da casa, eu penso que a violência está muito marcada pelas relações de poder, o modo pelo qual o poder efetivamente é exercitado. Eu acho que o poder exercitado, não enquanto poder, mas enquanto violência, enquanto pura relação de força, enquanto imposição, seja no mundo da casa, no espaço doméstico, seja no mundo público da rua, no mundo da política, no mundo do trabalho, significa muito mais converter as diferenças sociais e desigualdades transformando-as em relações hierárquicas de sujeição, de dominação, de imposição da vontade de uns em relação à vontade de outros. Eu acho que a despeito dos diferentes significados que a violência tem, na verdade isso é comum tanto na concepção das classes populares quanto na concepção do discurso erudito.

*TP — Na sua opinião, quais as áreas onde a violência está mais presente atualmente?*

*Adorno —* Bom, em alguns lugares ela é mais visível, em outros, é menos. Como pesquisador, vejo que há uma espécie de redução da violência à questão do crime e, mais ainda, ele é visto com a perspectiva de que o responsável por isso é um criminoso. Então é uma redução no seguinte sentido: violência é crime e o responsável pela violência na verdade é um criminoso.

Em princípio, não concordo que a violência se reduza à questão criminal. Veja a questão da terra, que ceifa inúmeras vidas neste país. A luta pela terra neste país, a justiça agrária, é um fenômeno que envolve atos violentos. A im-

*Outra violência que não tem repercussão são os acidentes de trabalho: a quantidade de trabalhadores vitimados não constrange ninguém*

## *Os meios de comunicação deveriam estimular o debate público as diferentes opiniões, para que a população pudesse saber como são as coisas*

pressão que se tem é que, para a média da opinião que passa pela imprensa e pela mídia eletrônica, isso não é um fenômeno violento. Vou dar um exemplo que acho até mais radical. Creio que todos estão lembrados daquele confronto que houve entre os trabalhadores lá no Pará, na construção daquela ponte. Morreram, parece, cento e tantos trabalhadores. Em qualquer país europeu, a morte de uma pessoa causada num confronto desses seria um escândalo internacional. Aqui, a suspeita de que morreram 120 pessoas não causou nenhum escândalo, nem uma comoção nacional. É como se fosse uma coisa normal e natural.

Outras ocorrências invisíveis, por exemplo, o espancamento de mulheres, no interior das relações domésticas, já estão se tornando mais visíveis, em parte pela militância feminista. Mas é um fenômeno ainda. Nós não sabemos a extensão desses casos, só sabemos daqueles casos que vão parar nas delegacias, porque chegam a tal ponto que, das relações interpessoais acabam extravasando a esfera do privado e passam à esfera pública. Mas nós não temos nenhuma estatística confiável, que nos permita dizer quantas mulheres e crianças são vitimizadas nas relações conjugais. Há muitos casos que não vão parar nas delegacias.

*TP — Há outros fenômenos?*

*Adorno* — A violência sexual, por exemplo, é um fenômeno dramático no Brasil, mas que não tem visibilidade. Você nunca sabe a extensão dessa violência, porque ela é muito confinada à vida doméstica. A impressão que se tem é que esse assunto não deve ser comentado, não vai para as ruas e fica por isso mesmo. Mas o modo como as pessoas são tratadas no seu próprio espaço doméstico é dramático.

Outra coisa que não tem nenhuma repercussão são os acidentes de trabalho. A quantidade de trabalhadores que são vitimizados no ambiente de trabalho é uma coisa que não constrange mais ninguém. Ninguém se condói por isso. Uma pesquisa, feita nesta década, mostra que cerca de 25% da força de trabalho do país havia sido ou vítima de um acidente de trabalho, ou tivera diminuída a sua capacidade de trabalho, ou, ainda, havia sido levada à morte. Parece uma coisa estranha, mas a idéia de acidente de trabalho é sempre vista como uma coisa de infortúnio. E não se problematizam as questões de trabalho, se o trabalhador está em condições de trabalhar, os regimes que lhe são impostos.

Os acidentes de trânsito são outra forma de violência que agora está chamando a atenção da opinião pública. E não só pela questão da impunidade. O que aparece na reportagem policial é que o bandido entrou, estuprou, matou etc. Comparando, o fulano que atropelou, matou, ficou impune. Além disso, podemos colocar as crianças que são expulsas das escolas. Por quê? Porque a escola está totalmente despreparada para compreender o universo cultural dessas crianças, o que é um fenômeno extremamente violento, para o qual não se dá muita atenção. Acho interessante quando se diz que as crianças que são carentes, subnutridas, que são pobres etc., não têm condições de acompanhar a escola. Eu vivo perguntando se não é a escola que não tem condições de acompanhar essas crianças. O que é a escola para essas crianças? A escola é desinteressante, desestimulante, é o



mundo fora delas, é um mundo estranho a elas. A expulsão da escola, apesar de ser um ato violento, não tem visibilidade, não tem estatísticas, não comove ninguém. Porque a responsabilidade acaba caindo sobre a clientela, sobre a população.

É muito difícil a gente falar hoje quais são os atos mais violentos. É mais fácil falar que há uma modalidade de violência no país, reconhecida como crimes, chamada de violência criminal. Porque essa tem uma dimensão de medo, de pavor, que é estimulado diariamente pelo fato de que há ocorrências que não dá para dizer que não existam, pelo fato de que há uma guerra aí não declarada contra um suposto inimigo interno que seria o delinquente e o bandido.

*TP — Os meios de comunicação são agentes ou apenas refletem a cultura da violência?*

*Adorno* — Eu acho que a gente teria de pensar que eles são simultaneamente as duas coisas. Eu não concordo com a tese de que a violência que se vê na TV estimula a violência. Eu acho isso muito simplista. Suponha-se que o receptor leia a mensagem que está no filme exatamente do modo como está sendo mandada. Vários estudos mostram que não é bem assim. A leitura que as pessoas fazem da mensagem passa por uma série de outros mecanismos. Passa pela experiência subjetiva, pelas tradições culturais, pela posição que o indivíduo ocupa na estrutura social. Passa, enfim, por uma série de leituras. Não acho que haja uma relação mecânica e direta entre a suposta violência transmitida pelo veículo de comunicação e a recepção pura e simples das pessoas.

Os meios de comunicação, imprensa, rádio, TV, enfim, todos os meios de comunicação, são espaços da existência coletiva, e quando eles se propõem a falar de violência estão reportando aspectos dessa sociedade. Não acho que são mentirosos os programas em que o criminoso aparece, nos quais há cenas de violência explícita. Acho que os meios de

comunicação retratam isso porque faz parte da sociedade.

Quando eles falam da pena de morte, falam porque uma parte da sociedade pensa assim. Por exemplo, os meios de comunicação dramatizam a questão do crime e do criminoso e mostram que a população quer a pena de morte. Isso é verdadeiro, mas eu fico me perguntando qual é a dimensão efetiva disso tudo.

Uma das figuras mais violentas construída pelos meios de comunicação é a do estupro, um fenômeno de difícil controle e não se trata aqui de desqualificá-lo. Se pegarmos estatísticas, pelo menos daquilo que é registrado, vamos ver que ele é um fenômeno complicado e importante. Comparativamente a outros fenômenos sociais, como a questão da terra, talvez a gente devesse relativizar a violência. Não a violência do ato, mas a violência enquanto projeção coletiva. Não se trata aqui de desqualificar a violência do estupro, com repercussões e seqüelas extremamente sérias. Mas os meios de comunicação a enfatizam como se a única violência da sociedade fosse essa. Eles a dramatizam como se o único inimigo violento fosse o estupro; ele é, seguramente um grande inimigo violento, mas não é o único.

A violência dos meios de comunicação está em que ao mesmo tempo que eles são uma expressão da realidade social, se prestam a dramatizar essa violência e transformar algumas de suas formas em formas legítimas, violentas por excelência.

*TP — Dê um exemplo.*

*Adorno* — Penso que os meios de comunicação passam um lado da informação, omitindo sua outra face. Que a sociedade é violenta, que o crime é um fenômeno muito difícil de se conviver com ele em taxas elevadíssimas é um dado verdadeiro. Agora, o que precisaria ser relativizado são os argumentos utilizados para conter a violência. Quando se diz que a justiça é conivente com o crime, é como se ela devesse se transformar num aparelho absolutamente punitivo; que as prisões teriam relaxado o seu controle sobre a população carcerária e as políticas de humanização, de respeito ao preso se transformariam na verdade em políticas coniventes com a criminalidade.

Não é verdade que os controles tenham sido relaxados. Não é verdade, por exemplo, que mesmo nesses períodos onde teve vigência a chamada política dos direitos humanos os presos não continuassem sendo espancados, que não se degladiassem entre si, uns violentando os outros. Não é verdade que tenha havido um afrouxamento dos controles. Ao contrário, esses controles estão cada vez mais endurecidos e não há nenhuma certeza de que, quanto mais rígido, maior o controle.

Acho que a imprensa muitas vezes — não se trata aqui de impor limites, nem reprimir a informação — pega apenas um lado do fenômeno da violência. Os meios de comunicação deveriam estimular o debate público, as diferentes opiniões, os diferentes argumentos para que a própria população pudesse ser informada, pudesse saber efetivamente como são as coisas. Apesar de discutíveis, os dados de nossas pesquisas mostram que estão crescendo a criminalidade e a violência. Mas quando se compara esse crescimento com o da população como se faz na área de saúde, da mortalidade, do número de nascimentos, os dados estão aquém do crescimento da população.

*TP — Como tem sido tratada a questão da violência no campo político-partidário?*

*Adorno* — A regra geral é ignorar a questão da violência, porque é um tema polêmico, um tema que na verdade não

sensibiliza muitas pessoas. O crime sensibiliza, mas a violência no campo não sensibiliza, talvez o estupro sensibilize, mas o espancamento das mulheres ou as agressões às crianças não sensibilizassem. A maior parte de nossas autoridades ou mesmo de nossos políticos e partidos evitam lidar com essa questão. É uma questão que divide e não soma, e o político está efetivamente mais preocupado com as coisas que somam do que com as coisas que dividem. Não vejo por parte de nossas forças sociais comprometidas com a consolidação democrática um efetivo empenho em tratar a questão da violência como uma questão política. E, como tal, uma questão de organização social de luta contra o arbítrio, contra a imposição de vontades.

Estas são questões fundamentalmente políticas. A sociedade democrática é a sociedade onde o controle da violência é mais eficaz, onde o ônus dessa violência é compartilhado por todos. Os autores da violência ou aqueles que estimulam os diferentes espaços da violência são responsabilizados e respondem por isso. Então, numa sociedade democrática, fenômenos como alguns que citei jamais teriam passado impunemente. No meu entender, a dificuldade de se consolidar uma sociedade democrática no Brasil é que a violência não é entendida como desrespeito permanente aos direitos das pessoas.

*No campo político-partidário, a regra geral é ignorar a violência porque é um tema polêmico, que não sensibiliza muitas pessoas*



Douglas Mansur

# A LÓGICA PERVERSA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS

**Luiz Francisco Silva**

**N**os tradicionais manuais de economia aprendemos que esta ciência tem como fundamento o bem-estar social do homem, que a “mão invisível” do mercado trata de realizar uma distribuição adequada dos recursos escassos para a satisfação das necessidades humanas e que estas constituem-se na força motriz ou motivadora da atividade econômica.

Ocorre, porém, que no mundo real observamos parcelas cada vez menores da sociedade tornarem-se cada vez mais ricas, enquanto contingentes cada vez maiores da população mundial tornam-se cada vez mais pobres e miseráveis. A economia revela-se extremamente violenta e injusta, pois impõe à maioria dos povos a fome, a miséria e a morte de muitos para garantir a satisfação dos interesses e ganância de alguns poucos.

Desta forma, ao contrário do que apregoam os tecnocratas, os mecanismos de funcionamento da economia não seguem natural e espontanea-

*País da fome e da subnutrição, o Brasil é o quarto produtor mundial de alimentos. Mas impede que os trabalhadores do campo e da cidade consumam o que produzem com o suor de seu trabalho*

mente as leis “da oferta e da procura” ou a “mão invisível” do mercado, nem tampouco é neutra a gestão econômica. A violência que se observa na economia encontra suas raízes na própria lógica do sistema capitalista e na gestão econômica burguesa, que em detrimento da satisfação das necessidades e do bem-estar das maiores massas busca fundamentalmente o lucro e a valorização do seu capital.

É neste sentido que o capital emerge como uma relação social que se reproduz de forma violenta e perversa no capitalismo. Por ser uma relação social, o capital engendra, ao mesmo tempo, um certo tipo de relações econômicas que são resultantes do conflito de interesses dos dife-

rentes segmentos sociais em movimento, da correlação de forças políticas entre esses diferentes setores. Consequentemente, das forças políticas dominantes na sociedade e no controle do Estado.

Assim, as camadas mais empobrecidas da população, por se constituírem em classe oprimida e subalterna, são atingidas de modo grave pela perversidade dessas relações, as quais se manifestam de forma dramática no cotidiano da vida da maioria dos brasileiros.

No campo, milhares de trabalhadores rurais são expulsos de suas terras e seus líderes assassinados pelos jagunços dos grandes latifundiários, com a total conivência de nossos go-

J. R. Ripper



vernantes e a impunidade dos "feitores". O intenso e violento processo de concentração de terras nas mãos de alguns poucos garante, no entanto, a especulação fundiária desenfreada e os lucros dos grandes grupos econômicos produtores de máquinas, insumos e implementos agrícolas. Enquanto milhões são impelidos a sobreviver nas condições mais subumanas de trabalho, miséria e exploração.

**Exploração** — Os milhares de trabalhadores expropriados que permanecem no campo acabam sobrevivendo sem o direito a salários justos e sequer têm garantidos os seus direitos trabalhistas e sociais básicos junto aos patrões, e muito menos junto ao Estado. Os pequenos produtores, por sua vez, são desprovidos do apoio técnico e financeiro dos órgãos públicos e são impelidos a se submeterem à exploração dos atravessadores que, sem qualquer esforço e trabalho, abocanham a maior parte do que foi produzido. Na maioria dos casos, esses pequenos proprietários e suas famílias são obrigados a exercerem, paralelamente, atividades assalariadas ou outras para a complementação da renda necessária à sua sobrevivência em condições extremamente precárias.

A superexploração dos trabalhadores no campo e na cidade, e suas péssimas condições de existência, revelam que os responsáveis pela produção de riqueza são tolhidos de consumirem os produtos produzidos com o suor do seu próprio trabalho, pois no *ranking* internacional o Brasil é o sexto país em fome e subnutrição, embora seja o quarto produtor mundial de alimentos.

Reverter essa situação de violência provocada na economia exige uma alteração profunda das relações econômicas e políticas desenvolvidas na sociedade, além de medidas que valorizem o homem em sua plenitude, garantindo-lhe a sobrevivência em condições dignas e humanas. Exige o empenho governamental na realização de uma reforma agrária com o apoio técnico e financeiro necessário para permitir a vida e permanência do homem no campo. Inclusive, para evitar um maior inchaço populacional e a consequente deterioração das condições de vida nas cidades metropolitanas, como há anos já vem ocorrendo.

Exige o empenho governamental no direcionamento e execução de uma política industrial que assegure emprego a milhões de trabalhadores desempregados e subempregados. O

Brasil possui atualmente uma população economicamente ativa de aproximadamente 60 milhões, sendo que apenas cerca de 25 milhões possuem carteira de trabalho assinada. Exige ainda uma decisão firme de nossos governantes no sentido de viabilizar uma distribuição de renda mais equânime na sociedade brasileira e o resgate das funções reguladoras e sociais do Estado.

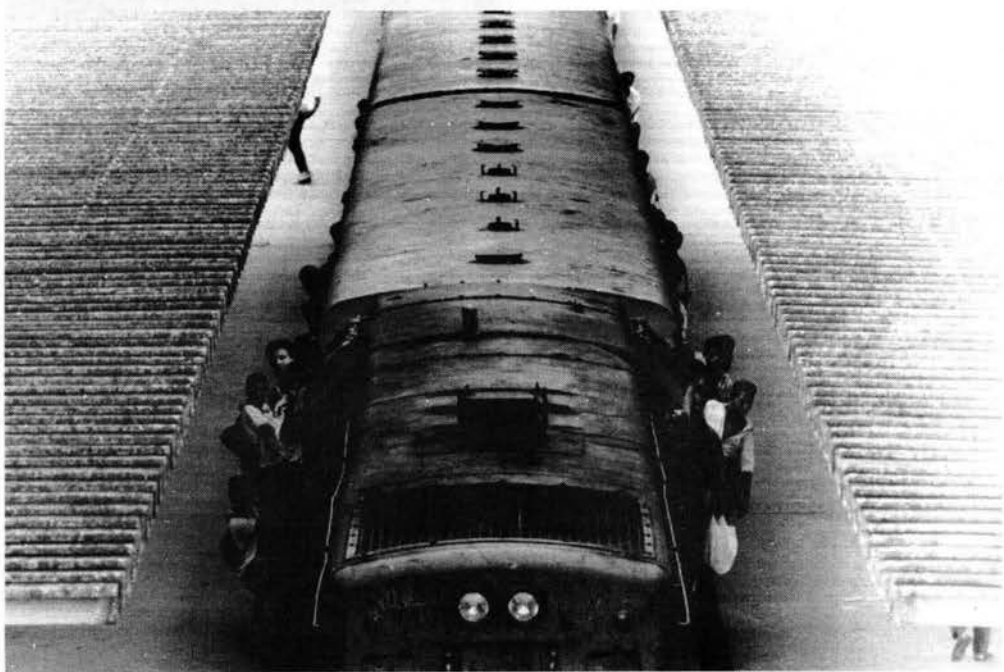
No entanto, não existe vontade política nem interesse nesse sentido por parte das classes dominantes no país. Ao contrário, as diretrizes e medidas de política econômica têm caminhado em sentido oposto, tornando a economia ainda mais violenta. A Constituição brasileira recém-aprovada pelo Congresso Nacional enterrou a possibilidade de uma verdadeira reforma agrária em nosso país. Por outro lado, em decorrência das medidas de política econômica adotadas pelos governantes brasileiros, recessão, desemprego e arrocho salarial têm sido a tônica do comportamento econômico nos últimos anos. Com isso, tem-se acentuado a concentração de riqueza e poder na economia do país e mais da metade da população economicamente ativa está sendo condenada a sobreviver no mundo da marginalidade da economia submersa ou informal.

Omitindo sua própria culpa pelas relações econômicas perversas na sociedade, as classes dominantes que enriqueceram com os recursos públicos e serviços subsidiados das estatais nos dizem agora que, para sanar a violência na economia, é necessário deixar que a "mão invisível" e as leis do mercado se encarreguem de eliminar o descalabro econômico causado pela excessiva participação do Estado na economia.

**Privatização** — Nossos governantes se enveredam na privatização das estatais, na privatização da saúde, educação e demais serviços básicos, reduzindo drasticamente os gastos públicos em infra-estrutura e serviços sociais destinados a atender a maioria da população. O resultado desastroso e violento é que as classes populares empobrecidas, que não podem pagar o médico e o hospital particular, não têm atendimento à saúde.

Não têm escolas para seus filhos, pois em nosso país mais de 10 milhões de crianças em idade escolar se encontram fora da escola. Não têm sequer direito à moradia, aos serviços públicos de saneamento básico e demais serviços sociais. Mais de 20 milhões de brasileiros sobrevivem em condições subumanas, sendo que a popula-

*A dívida externa é a principal responsável pelo empobrecimento e deterioração das condições de vida da maioria dos brasileiros*



ção de favelados no país supera atualmente os 12 milhões.

Mas a violência na economia se manifesta, também, na agressão à ecologia e ao meio ambiente. O uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações, além da contaminação dos alimentos e das doenças causadas, poluem e afetam a vida nas águas. Sem qualquer controle dos poderes públicos, as indústrias ribeirinhas, para reduzir os seus custos e manter os altos lucros, deixam de utilizar antipoluentes e descarregam nos rios os resíduos tóxicos. E a agressão à ecologia, às populações ribeirinhas e ao meio ambiente segue com a devastação e queima-

da das florestas, construção indiscriminada de hidroelétricas etc.

Diante de tanta violência, nossos governantes convocam a população para fazer mais sacrifícios, dizendo que não há recursos para gastos com previdência, saúde e educação. No entanto, há recursos suficientes para satisfazer os interesses e a ganância de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais e pagar os juros da dívida externa.

Nas últimas décadas, a dívida externa tem-se constituído na maior violência verificada na economia, pois é a principal responsável pelo empobrecimento e deterioração das condições de

vida da maioria dos brasileiros e dos povos do Terceiro Mundo. O Brasil transferiu nos últimos oito anos aproximadamente 4,5% do PIB na forma de pagamento dos serviços da dívida.

Segundo o relatório do Banco Central de 1989, o Brasil transferiu aos credores internacionais, só em 1988, nada menos do que 20,3 bilhões de dólares ou 7,2% do PIB de juros e amortizações.

Assim, a perversidade dessas relações, as prioridades, diretrizes e gestão econômica subordinadas à lógica do capital — não por acaso, nem tampouco pela “mão invisível” ou leis do mercado — atinge de modo grave as populações empobrecidas. Ela reflete as relações de classe em nossa sociedade e é na dialética destas relações, na ascensão das classes populares às esferas de poder no cenário político do país, que devem ser buscadas alternativas para a questão da dívida externa.

Sobretudo, para o enfrentamento da condição de miséria a que está submetida a grande maioria do povo brasileiro.

**Esperanças** — Embora limitadas ao nível do poder local, as novas administrações municipais de caráter popular, eleitas nas últimas eleições de 15 de novembro, vêm significando uma possibilidade histórica de se avançar na construção de um projeto econômico e político alternativo.

Ao favorecer e incentivar o envolvimento da sociedade civil e a participação popular na gestão da coisa pública, essa nova forma de governo e de governar contribui, decisivamente, no sentido de permitir às classes populares conquistarem sua cidadania, favorecendo a luta pela hegemonia popular no cenário político nacional.

A sociedade brasileira, após longos anos de violência, autoritarismo e arbítrio caminha a passos largos na sua reorganização política e na luta pela democratização do país. Novas esperanças ressurgem com as próximas eleições presidenciais de 15 de novembro. Não há dúvida de que os brasileiros saberão dar mais alguns passos para eliminar todo tipo de violência econômica instaurando novas relações sociais que avancem na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Luiz Francisco Silva é economista, professor universitário e integrante do Projeto Especial sobre Dívida Externa do CEDI.

*Mais de 20 milhões de brasileiros não têm sequer direito à moradia, aos serviços públicos de saneamento básico e demais serviços sociais*



João Roberto Ripper

# ACIDENTES E DOENÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

**Francisco A. de Castro Lacaz e Leny Sato**

**O**s acidentes e doenças provocadas pelo trabalho são os principais indicadores das condições laborais num determinado período histórico. É sabido, por exemplo, que no período do desenvolvimento capitalista chamado de "milagre brasileiro", os números que atingiram a frequência de acidentes de trabalho foram de tal grandeza que passaram a denegrir, no exterior, a imagem triunfalista do país então existente.

Desde esta época, o Brasil vem sendo apontado como o país onde mais ocorrem acidentes de trabalho no mundo, conforme manifestação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que foi ratificado por recente pronunciamento da ministra do Trabalho em seminário sobre acidentes do trabalho, realizado nos dias 23 e 24/08/89 em Brasília, e promovido pela Câmara Federal.

Frise-se que tal situação configura-se apesar do flagrante sub-registro dos dados que são divulgados anualmente pela Previdência Social e sem considerar-se os acidentes e doenças do trabalho que ocorrem na área rural, os quais não aparecem nas estatísticas do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que somente publica informações relativas à área urbana.

Além do elevado número de acidentes, que representa o aspecto mais visível da violência, é importante também avaliar que consequências estão trazendo para a vida e a saúde dos trabalhadores, ou seja, que parcela dos acidentes e doenças do trabalho estão levando à morte ou provocando incapacidades irreversíveis e aposentadorias por invalidez.

Tais questões, em geral pouco analisadas, precisam ser trazidas para o debate com a opinião pública. Se já não mais existe a censura que impediu nos anos 70 que esta discussão fosse veiculada, ainda hoje permanece pouco conhecida e com espaço restrito de divulgação mesmo em publicações especializadas.

*As condições de trabalho, sob a ótica da maior lucratividade, determinam ambientes perigosos e insalubres, que propiciam número cada vez maior de acidentes e doenças*



Jouglas Mansur

**Violência explicitada** — O cotidiano dos locais de trabalho consome de maneira voraz a saúde que o trabalhador vende como força de trabalho no processo de produção.

As condições de trabalho fundadas sob a ótica de cada vez procurar-se maior lucratividade promovem ambientes perigosos e insalubres, devido à economia de capital constante, permeados de riscos que propiciam a ocorrência de acidentes que se tornam freqüentes. Esses ambientes de trabalho perdem o caráter fortuito e imprevisível, além de desencadearem toda sorte de doenças "típicas" do trabalho, chamadas de profissionais ou ocupacionais.

Ao lado disso, a organização do trabalho correspondente exerce sobre o trabalhador uma ação controladora, repressora e alienante ao imprimir ritmo excessivo, hierarquizar as relações interpessoais e cercear a criatividade. Somado, tudo isso produz efeitos conseqüentes ao desgaste físico e mental,

nem sempre detectados, e raramente relacionados com o trabalho.

Ao avaliar-se os dados de acidentes do trabalho ocorridos no Brasil nos anos da década de 80, percebe-se que mesmo em 1983/84, quando foram divulgados números menores de acidentes típicos da década, as mortes ocorridas em consequência dos acidentes aumentaram de um ano para o outro, tendo atingido seu número maior no ano de 1987. Quanto aos acidentes de trajeto, que para fins legais equiparam-se aos acidentes de trabalho, constata-se um aumento especialmente a partir de meados daquela década, o que está relacionado com a própria violência do trânsito das grandes cidades brasileiras (veja tabela).

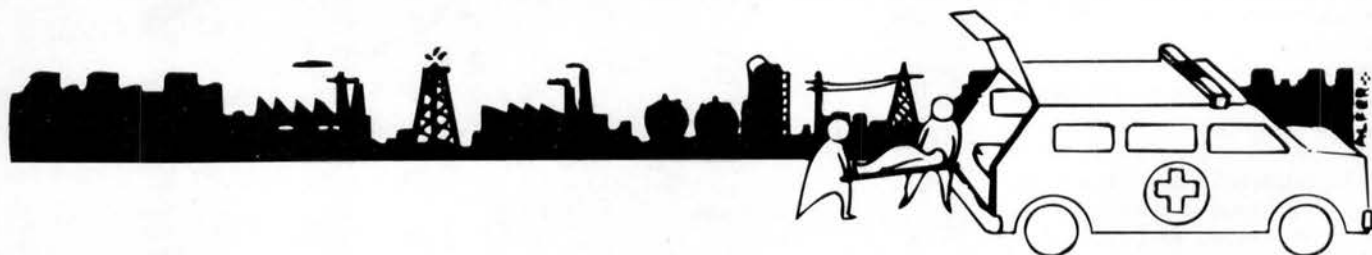
Como já foi assinalado, nos acidentes de trajeto computados não estão incluídos aqueles que vitimam os bóias-frias ou trabalhadores "volantes", cujo transporte em precárias condições de segurança e conforto das

periferias das cidades para o campo está longe de assemelhar-se ao tratamento dispensado ao transporte de animais. Deste, raramente ouve-se notícias relativas a colisões ou capotamentos, mesmo porque os veículos que os transportam são bem mais novos e conservados do que aqueles que conduzem bóias-frias.

Além das mortes provocadas pelos acidentes e doenças do trabalho, outro indicador da violência gerada pelo processo produtivo são as incapacidades que provocam, mutilando membros, decepando dedos e mãos, cegando, criando uma legião de surdos e de trabalhadores com dificuldades respiratórias provocadas por toda sorte de gases, vapores e poeiras que levam à irreversibilidade e não recuperação da capacidade pulmonar. O que resulta na invalidez e morte de pessoas, como os operários que adquiriram a doença denominada silicose e que acomete especialmente os mineiros, os ceramistas, os vidreiros, muitos deles na idade da adolescência.

Pouco se sabe, entre nós, dos efeitos que a exposição a produtos químicos tóxicos está produzindo na prole da família trabalhadora, quando não provoca abortamentos e natimortos. Is-

*O cotidiano dos locais de trabalho consome de maneira voraz a saúde que o trabalhador vende no processo de produção*



## Acidentes do trabalho registrados

Brasil — 1980/1987

Ano	Acidentes típicos		Doenças profissionais		Acidentes de trajeto		total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1980	1.404.531	95,92	3.713	0,25	55.967	3,82	1.464.211	100,00
1981	1.215.539	95,68	3.204	0,25	51.722	4,07	1.270.465	100,00
1982	1.117.832	94,85	2.766	0,23	57.874	4,91	1.178.472	100,00
1983	943.110	94,02	3.016	0,30	56.989	5,68	1.003.115	100,00
1984	901.238	93,73	3.283	0,34	57.054	5,93	961.575	100,00
1985	1.010.340	93,74	4.006	0,37	63.515	5,89	1.077.861	100,00
1986	1.079.015	93,47	5.920	0,51	69.545	6,02	1.154.480*	100,00
1987	1.065.912	93,73	6.382	0,56	64.830	5,70	1.137.124	100,00

Fonte: Secretaria de Planejamento do INPS

\* Não computados os dados do Rio Grande do Sul referentes a agosto/dezembro.

to é mais grave na medida em que são conhecidos os efeitos do chumbo, do benzeno, do mercúrio, dentre outros, sobre o padrão genético e sabendo-se que mesmo com o irrisório número de doenças relacionadas com o trabalho registradas oficialmente, em grande parte correspondem a casos de intoxicação por chumbo (saturnismo) e por benzeno (benzenismo).

Completamente desconhecida é também a incidência de câncer profissional entre os trabalhadores das indústrias química, petroquímica, farmacêutica, de borracha etc. A situação é de tal maneira ignorada, inclusive pelos estudos acadêmicos, que na literatura médica brasileira não existem casos de câncer relacionados ao trabalho.

**Violência não explicitada** — A discussão sobre a violência no trabalho não se esgota apenas nos números, mesmo que irreais, das estatísticas oficiais sobre os acidentes e doenças do trabalho. Essa violência não é só um ato claramente delimitado no tempo e no espaço. Longe disso, ela é um processo com complicações psicológicas e sociais para o trabalhador. Não raro, tal processo culmina na deterioração de sua identidade — de trabalhador a marginal.

Observa-se em trabalhadores doentes e/ou acidentados toda uma gama de expressões de vivência de sofrimento, impotência, depressão, fantasias de decomposição do corpo e revolta. Relatam inclusive experiências de pensamentos e atitudes suicidas, como é o caso de um trabalhador da indústria química, intoxicado por metal pesado. Além das manifestações de adoecimento físico e sofrimento psicológico, a intoxicação trouxe também o desemprego, a dificuldade em reinserir-se no mercado de trabalho e, aliada a tudo isso, a permanente tensão nas relações familiares.

Esses trabalhadores têm de se defrontar com o fato de não serem mais os mesmos, não poderem sonhar com um projeto de vida construído até então.

A insegurança quanto a possibilidade de manter-se no mercado formal de trabalho deixa de ocupar uma dimensão puramente psicológica para tornar-se uma realidade social comum a muitos trabalhadores, em que o não-emprego é a relação mais freqüente com o mercado de trabalho. Mas as manifestações da marginalização social não são apenas essas. Há o relato da experiência de um trabalhador

## *Pouco se sabe dos efeitos que a exposição a produtos químicos tóxicos está produzindo nos trabalhadores*

químico do ABC paulista, vítima de acidente provocado por mistura de ácido e metal pesado, que o atingiu nos olhos. Uma conjuntivite deixou-os avermelhados, razão por que policiais o confundiram com um drogado.

Ao lado das repercussões psicológicas e sociais da doença e do acidente do trabalho, existe também todo um conjunto de manifestações de desgaste e comprometimento da saúde determinadas ou agravadas pelas condições de trabalho, às quais denominamos formas sutis de adoecimento pelo trabalho. São manifestações psicológicas e psicossomáticas, tais como insatisfação, ansiedade, depressão, neurose, gastrites, úlceras, hipertensão arterial e outras, relacionadas às condições de trabalho em geral e à organização do trabalho (ritmo, turnos, jornada de trabalho, pirâmide hierárquica, conteúdo das tarefas etc.), em particular.

Estas expressões da exploração da força de trabalho não são reconhecidas pelo discurso oficial e hegemônico como relacionadas com o trabalho; no entanto, pesquisas e estudos demonstram a relação. Nesse sentido, têm acrescentado outros elementos ao debate conceitual e metodológico no campo da saúde e trabalho, alertando para o amplo leque de reações mórbitas relacionadas com as condições e a organização do trabalho.

A tal situação alia-se uma omissão cúmplice dos órgãos oficiais responsáveis pela fiscalização e pela prevenção das doenças e acidentes de trabalho, bem como dos órgãos com competência de reabilitação e apoio ao trabalhador vitimado.

Ao tratá-lo como apenas um “segurado”, que deve novamente vir a tornar-se contribuinte da Previdência Social, os Centros de Reabilitação Profissional do INPS não se preocupam em acompanhar e sustentar seu reingresso no mercado de trabalho. O trabalhador se transforma em presa



Douglas Mansur

fácil da política perversa das empresas, que consiste na demissão do acidentado ou doente, que não teve sua capacidade laboral restaurada conforme apresentava-se no momento da seleção. Esta exige a mais completa rigidez, a ponto de até recusar a admissão de trabalhadores com algum grau de seqüela pós-acidente ou doença do trabalho incapacitante, mesmo qualificado ou tendo grande experiência profissional. Tal situação, dada sua enorme freqüência, tem levado os sindicatos de trabalhadores a incluírem em suas negociações com o patronato cláusula que prevê a estabilidade do trabalhador vitimado por acidente ou doença do trabalho.

**Francisco Antonio de Castro Lacaz** é médico sanitário e do trabalho e mestre em Medicina Preventiva.

**Leny Sato** é psicóloga e mestranda em Psicologia Social da PUC/São Paulo.

VIOLÊNCIA

# CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TERRENO BALDIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Carlos Carvalho

*A sociedade em geral e as autoridades públicas em particular criaram com referência aos meninos e meninas carentes tal estereótipo que se necessita toda uma ação coordenada de amplos setores sociais para resistir a esse quadro aterrador. A demora e o descaso para se aprovar os "Direitos das Crianças" são mais uma prova de desrespeito ao que o país tem de mais precioso*

**Antonio C. Gomes da Costa**

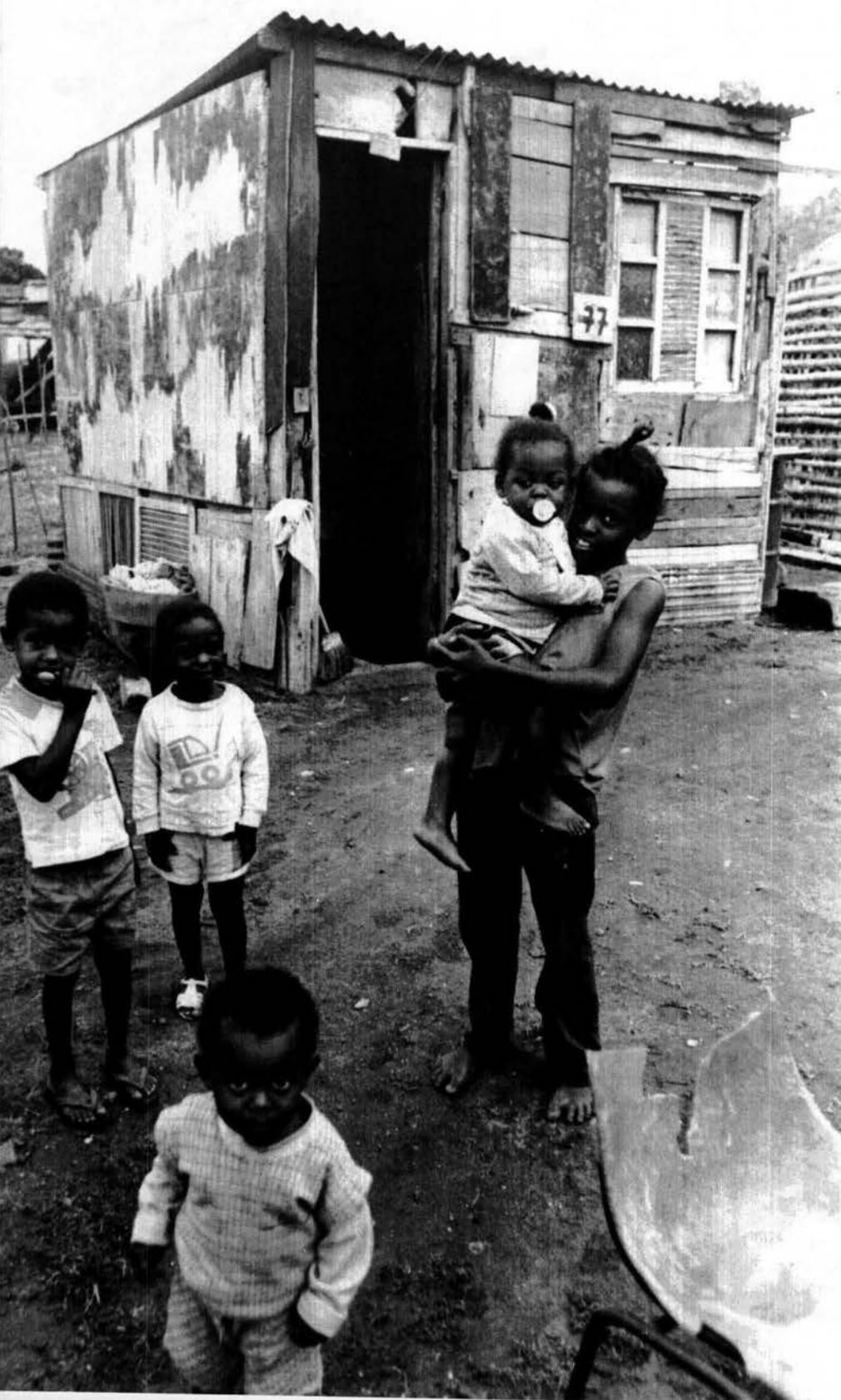
O maior patrimônio de uma nação é seu povo. E a maior riqueza de um povo são suas crianças e jovens. Nas últimas décadas o modelo econômico, político e social vigente no Brasil ignorou, de forma sistemática, esta verdade elementar. E é por isto que milhões de crianças e adolescentes subsistem neste país em estado de degradação social e pessoal, vítimas das transgressões e omissões dos poderes públicos.

O chamado "menino de rua" é uma ilha cercada de omissões por todos os lados. Todas as políticas básicas já falharam em relação a ele.

Se perguntarmos a um destes meninos, ou a uma menina, sobre seus pais ou responsáveis, eles certamente nos falarão de pessoas na faixa do não-emprego, do subemprego ou do desemprego e, quando muito, do salário mínimo ou pouco mais.

Se lhes indagarmos onde mora, invariavelmente ouviremos referências à mesma periferia infecta. Ao barraco sem condições mínimas de bem-estar e dignidade. A mesma torneira servindo dezenas de famílias. A rua sem traçado, sem calçamento e o esgoto correndo a céu aberto completam o quadro de promiscuidade física e de comprometimento moral.

Questionando a menina e o menino sobre sua situação escolar, consta-



taremos que compõem as estatísticas da não-matricula, da repetência e da evasão escolar.

Um exame de sua saúde nos revelará um quadro de sérios comprometimentos. Sarna na pele, piolho na cabeça, dente podre na boca, vermes na barriga e, de tudo o mais grave, a sua capacidade interlectiva apresenta-se freqüentemente já afetada pela não-ingestão de proteínas essenciais na primeira infância.

Vemos assim que todas as políticas sociais básicas falharam em relação às meninas e aos meninos.

A política de emprego e salário justo falhou em relação a seus pais. As políticas de habitação, saneamento básico e urbanização já falharam em relação à sua família. Igualmente, a educação e a saúde passaram longe de sua existência.

A única política a dar a estes meninos e meninas uma atenção continuada e sistemática é a política de segurança pública. Mas esta não defende os interesses das crianças e adolescentes. Ao contrário, defende a ordem e o bem-estar da sociedade que os marginalizou.

Policiamento ostensivo, delegacias de menores, juizados, e as instituições ligadas ao sistema Febem/Funabem, encarnam, na vida das crianças e jovens, a base objetiva de um ciclo perverso e vergonhoso de degradação pessoal e social.

**Subcidadania** — As crianças e adolescentes relegados à condição de subcidadãos não são frutos do acaso. As condições de existência que propiciaram a extrema degradação pessoal e social de tantas vidas são frutos, direta ou indiretamente, das opções políticas, econômicas e sociais, que presidiram a vida brasileira nas últimas décadas.

Desde a concepção, a criança brasileira inicia uma história de exclusão, pois na sua maioria constituirá o grupo dos subcidadãos.

A subcidadania tem muitas faces: subnutrição, submoradia, subemprego, subeducação.

Aproximadamente 320 mil crianças são excluídas do direito à vida em cada ano, por diarreia e outras doenças evitáveis.

Se o pequeno subcidadão passar por esta triagem, deverá enfrentar a subnutrição e a subestimulação, com danos na hora de entrar na escola.

Mais de 40% das crianças que ingressam na rede pública de ensino não chegam à 2ª série.

Este dado dramático nos faz constatar que a escola pública brasileira, além



Regina Vilela

## *O chamado "menino de rua" é uma ilha cercada de omissões por todos os lados, vítimas das transgressões e omissões dos poderes públicos*

de ser o maior restaurante do mundo, com mais refeições diárias, é também o maior centro de triagem do país. O acesso aos instrumentos básicos da cidadania (ler, escrever, contar...) é negado a milhões de pequenos brasileiros, que ficam excluídos de direitos fundamentais

**Submercado de trabalho** — Há portas que se abrem ao subcidadão: são as portas do submercado de trabalho explorador, irregular e sub-remunerado que estão escancaradas.

Cerca de 400 mil famílias brasileiras subsistem unicamente do trabalho de menores.

O trabalho urbano de meninas e meninos tem muitas vezes a rua como cenário. E a rua é também um grande centro de triagem. Aqui, há uma divisória que coloca, de um lado, as meninas e meninos que vão manter-se no campo da aceitabilidade social e, de outro, aqueles que vão afrontar os padrões de moralidade e de legalidade vigentes na sociedade marginalizada.

Os mais excluídos serão aqueles que se ligam a esquemas divergentes de profissionalização: mendicância, furto, roubo, prostituição, tráfico e outras atividades nesta linha.

O olhar acusador do senso comum, as pressões do comércio lojista e a orquestração de um jornalismo policial escrito e falado vão configurando um esteriótipo da periculosidade, com

graves consequências contra a infância.

O olhar policial sobre a paisagem urbana não é neutro. É um olhar armado. Entre a retina do policial e o gesto de apreender o menino ou a menina estão a cultura organizacional da polícia, a lei, o senso comum, a noção de periculosidade, o sentimento geral de ameaça, as pressões da imprensa sensacionalista para "limpar as ruas"... Assim, o agente de segurança não olha as praças e ruas "a olho nu".

A simples presença de crianças e jovens com determinadas características, e em certos lugares, já desencadeia a ação policial, mesmo sem haver delito algum ali. Isto explica porque 70% dos meninos e meninas apreendidos nas ruas o são por vadiagem, atitude suspeita, perambulância. E tirando aqueles que têm que assinar o que não fizeram, sobra uma porcentagem pequena de apreensões em flagrante ou por ordem expressa do juiz.

Daí para a frente, o tratamento degradante, desumano, as humilhações e torturas, vão agravando sempre mais a vida dos adolescentes.

A polícia entrega as meninas e meninos às instituições públicas que deverão estudar os casos e encaminhar para decisões do juiz de menores. Neste momento começa triagem institucional muito complexa. São meses de espera e de olhares armados do sujeito sobre o objeto, do agente sobre o paciente, do fabricante sobre a matéria-prima.

Com base nas categorias de modelação inscritas no Código de Menores (Lei 6.697/79) e da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (Lei 4.513/64), o menino ou menina será transformado em menor, enquadrado num dos itens da "situação irregular".

Passam-se os meses e as meninas e meninos não sabem quando haverá uma decisão sobre suas vidas. A demora é devida aos muitos casos atrasados que estão esperando estudos, laudos, pareceres e, além desta fila de espera, há o tempo para os papéis correrem de seção em seção. E ali estão o corpo, a vida, o destino das crianças e jovens objetos da norma legal e da racionalidade ambígua da instituição.

**Os carentes e infratores** — Muitas meninas e meninos passam dezenas de vezes por parte deste processo de triagem institucional. Assim, um grupo considerável dos que são internados por "carência" resvalam, em seguida, para a categoria dos "autores de infração penal".

A convivência estreita com delinquentes, a degradação pessoal nas condições de confinamento, o envolvimento com o crime organizado, fazem com que tenha lugar uma nova triagem: aquela que divide o grupo dos que "se recuperam" e o daqueles que serão vítimas dos grupos de extermínio (situados na tênue linha que separa as atividades policiais e para-policiais do crime organizado) ou que aumentarão a população de jovens-adultos (18 a 25 anos) do sistema penitenciário.

Estamos diante de uma prática difusa de triagem com inúmeros mecanismos de exclusão e degradação pessoal e social a que estão expostas as crianças e jovens das famílias mais pobres.

As práticas correcionais-repressivas e assistencialistas, do ramo social do Estado brasileiro, estão na contramão do processo de reconstrução democrática da vida nacional.

Urge, pois, reverter esta tendência, introduzindo componentes sócio-jurídicos e político-culturais de tipo novo, capazes de rever pela crítica, e superar pela ação, o quadro de iniquidades existente contra a infância e juventude brasileiras.

Antonio Carlos Gomes da Costa é da Unicef e autor de *Infância, juventude e política social*, síntese elaborada e apresentada pela Pastoral do Menor.

## Estatuto da criança e do adolescente



Regina Vilela

### Antonio Salvador Coelho

Há um Projeto de Lei tramitando no Congresso Nacional, na Câmara sob o nº 1.506, e no Senado sob o nº 193. É o que há de melhor sob o ponto de vista daqueles que queremos contribuir na transformação da sociedade por causa dos pequenos. É uma resposta ao clamor da infância e juventude brasileiras, e ao desafio de D. Paulo Evaristo Arns: "Seremos capazes de transformar o mundo por uma criança?"

Para compreender o alcance deste momento histórico, faz-se necessário olhar com atenção para o que vem acontecendo na década. Nos anos 80, a história das igrejas no Brasil vai sendo marcada por um sinal de luta e esperança: a atenção organizada dos cristãos em defesa da vida das crianças e jovens violados em seus direitos fundamentais. Pastorais eclesiais e outras organizações não-governamentais vão surgindo com vigor, quebrando a passividade, denunciando e suscitando o poder criativo das comunidades.

Uma ação que começou nas comunidades, na periferia, tomou corpo e possibilitou uma luta legislativa para transformar o quadro jurídico e político que até hoje sustentou o absurdo que é a situação da infância brasileira. No ano passado, 450 mil crianças foram mortas por doenças evitáveis e causadas pela miséria. Enquanto 70% dos adolescentes foram apreendidos pela polícia, encaminhados

para as instituições de reclusão, sem ordem judicial, sem flagrante, sem compromisso com os danos físicos e morais das torturas, das humilhações, do envolvimento provocado no ciclo das infrações.

A primeira grande conquista, através da participação popular, foi o Capítulo VII, do Título VIII da Constituição Federal, que afirma os direitos, estabelece a defesa, garante a prioridade absoluta, e rejeita o termo Menor, por seu conteúdo discriminador. Ficou evidenciada a força da sociedade civil organizada e o declínio da hegemonia dos "doutos".

A segunda etapa foi a elaboração cuidadosa da Legislação Nacional da Infância e da Juventude, feita por um grupo de juristas, pelo Fórum DCA de entidades não-governamentais, entre elas a Pastoral do Menor, e especialistas de várias áreas.

Daqui para a frente, há ainda uma luta pela aprovação no Congresso Nacional. E para que o Estatuto se realize, a população deverá participar da definição das prioridades e dos programas mais adequados à sua realidade, bem como controlar as ações em todos os níveis. Por causa da criança e do adolescente, vamos todos assumindo as grandes lutas dos operários, das nações indígenas, dos negros, das mulheres, da reforma agrária, da construção de uma nova ordem democrática.

Antonio S. Coelho é da Pastoral do Menor.

# BAIXADA FLUMINENSE HUMILHAÇÃO, GEMIDOS E ESPERANÇAS!

**D. Mauro Morelli**

**D**entro e fora de nossas fronteiras, a Baixada Fluminense, retrato em preto e branco do Brasil, é sinônimo de violência e objeto de repulsa, medo e vergonha. Fontes e matrizes geradoras e alimentadoras dessa situação de violência e marginalização, de forma hipócrita, sórdida e cínica, divulgam através dos meios de comunicação social imagens que humilham e marginalizam, mais ainda, o povo destituído. Ao mesmo tempo e de forma subliminar, justifica-se a política de castração, repressão e extermínio dos menos "favorecidos" ou condenados à indigência.

A Baixada Fluminense, em todos os sentidos e expressões, é a consequência lógica e o fruto podre do Brasil pensado, desejado e construído pelas oligarquias, poderes e majestades do Império e da República. A ganância, a ostentação e a mediocridade da "society" brasileira e de seus comparsas de ordem econômica internacional, produziram o caldeirão de miséria que ameaça a cidade maravilhosa, perturba a ordem constituída e inviabiliza o progresso da concentração do poder e da riqueza.

*Os noticiários sobre a Baixada Fluminense sempre dão destaques à violência e à morte. Mas ali também existem sementes de um tempo novo*

Os gemidos dos famintos e torturados da Baixada já ecoam como gargalhadas sinistras nos vales, encostas e praias da Zona Sul.

As correntes partidas pela abolição que jamais pretendeu a cidadania do povo negro transformaram-se em pesadelo e cilada nas noites e dias desse centenário da república abortiva.

As cidades-dormitório ou campos de concentração, segundo a concepção política e ideológica do opressor ou do oprimido, amanhecem assistindo a revoada dos anjinhos e o velório de corpos, esquartejados e presuntados, enquanto a massa corre apressada, lotando trens imundos e outras gaiolas, para cuidar do bem-estar e do progresso de seus amos e senhores. Aliás, nada funcionaria na cidade maravilhosa sem a Baixada Fluminense. Da mesma forma, não há "milagre brasileiro" sem os negros e pobres.

**Blasfêmia ao Deus da Vida** — No maior país católico do mundo ou pátria do Evangelho", segundo nova forma de cristandade, a Baixada Fluminense transformou-se na maior blasfêmia ao Deus da Vida.

Localizada à esquerda do Corcovado, a Baixada Fluminense foi plasmada pela mão direita do latifundiário e do banqueiro, concentrando a terra e o dinheiro, com o apoio do poder político-econômico-militar e, tantas vezes e de tantas formas, com as bênçãos de religiões e religiosos que nada entendem do Evangelho e das exigências do Reino.

Os filhos e filhas da escravidão e dos sem-terra constituem o povo imenso acampado na Baixada Fluminense.

**Sementes de um tempo novo** — No meio de cadáveres decompostos e de ossos ressequidos, o Espírito da



ressurreição se faz presente, pois Deus ouviu o clamor e o gemido de seu povo.

A Baixada Fluminense, contra toda lógica do mundo, acorda, levanta e caminha.

Por ironia da história e predileção da sabedoria de Deus, na Baixada Fluminense germinam sementes de um tempo novo. Um tempo que não chegará sem tremores, abalos e derrocada de tronos, palácios e templos. A injustiça gera miséria e morte. A ressurreição liberta a vida, quebrando e arrebatando prisões, monumentos e túmulos.

A riqueza dos pobres e de todos aqueles que amam a vida, uma pitada de sal e um pouco de fermento são os segredos do Reino para confusão e fracasso dos arrogantes, insaciáveis e poderosos. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça! Levante-se e caminhe.

Como sinal do futuro, em julho próximo passado, vindos de 33 países do oriente e do ocidente, peregrinos acamparam na Baixada Fluminense contemplando a fraqueza e a promessa da criança aqui nascida.

Os grandes do Império proibiram que a notícia percorresse o mundo, mas pobres e pastores celebraram a festa da vida, abraçando-se como irmãos e repartindo o pão nas casas e na praça. No meio da noite, dançando e cantando, o povo continua caminhando na esperança do dia em que o amor será tudo em todos.

D. Mauro Morelli é bispo da arquidiocese de Duque de Caxias.

## Ainda sem solução

De acordo com o Fórum Permanente Contra a Violência, a questão da criminalidade e violência não está resolvida na Baixada Fluminense, embora o governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, tenha prometido, ao assumir, solucionar o problema nos primeiros seis meses de governo.

Muito pelo contrário, a violência vem agravando-se na questão da terra, na matança indiscriminada, pela violência policial de grupos de extermínio e assaltos incontáveis. A violência, pode-se dizer, tornou vítima toda uma sociedade. Entretanto, os mais atingidos, como sempre, continuam sendo os mais pobres.

A tabela abaixo mostra como evoluiu o quadro de violência e mortes, no primeiro semestre deste ano. É urgente reverter tal situação. Mas como, se o medo é contagioso e inibe as pessoas, as autoridades se omitem e a cumplicidade policial serve de alimento à violência organizada?

A necessidade de enfrentar-se essa inédita onda de criminalidade, sobretudo na Baixada Fluminense, é tarefa da sociedade inteira, atingida como causa e vítima ao mesmo tempo da violência. Solução e salvação encontram-se em suas mãos.

### MORTES PROVOCADAS NA BAIXADA FLUMINENSE

Período: janeiro a junho de 1989

CIDADE	jan	fev	mar	abr	mai	jun	total
Nova Iguaçu	81	74	82	130	118	85	570
Duque de Caxias	17	32	60	67	68	84	328
S. João de Meriti	8	5	9	47	31	15	115
Nilópolis	4	4	3	7	9	4	31
TOTAL	110	115	154	251	226	188	1.044



## Aconteceu

Resenha semanal dos jornais de maior circulação do país

Assinatura anual: NCz\$ 20,00  
Assinatura de apoio: NCz\$ 30,00  
Exterior:: US\$ 50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Rua Cosme Velho, 98 fundos, CEP 22241, Rio de Janeiro-RJ, aos cuidados do Setor de Distribuição

# "TEVÊ-TENGANA"

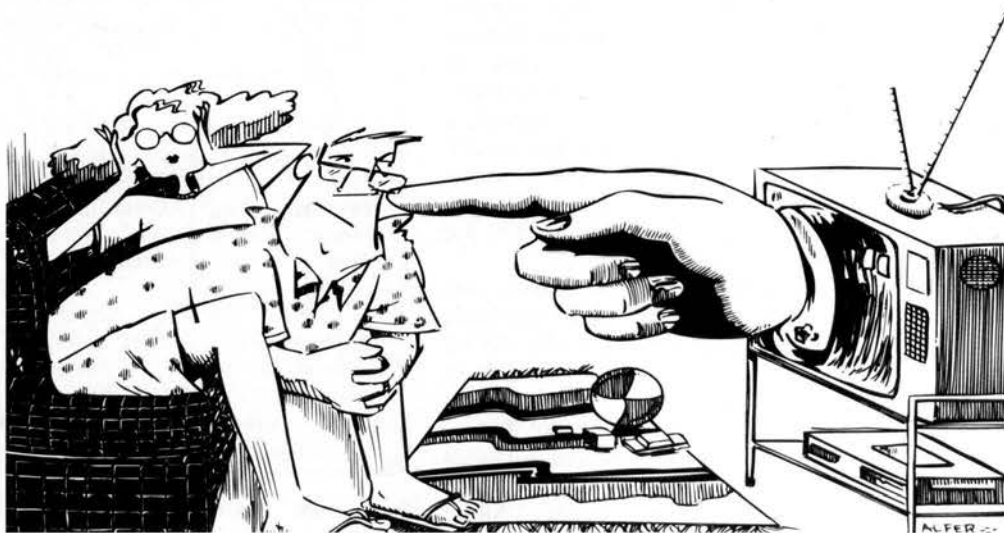
**Carlos Cunha e  
Xico Teixeira**

Vivemos uma época de grandes milagres da ciência, da fé. No setor das comunicações o milagre é a televisão. O televisor é hoje a superdona de casa, a supervirago (matrona). Ainda não transmite mensagens olfativas, táteis, palatais, mas pode sugerir-las. Os grandes receptores de suas mensagens são a visão e a audição.

A televisão está associada com o dinheiro, os donos do dinheiro e com o poder ideológico (político e religioso). Em alguns países desenvolvidos, os governos mantêm sobre as emissoras seu exclusivo controle. Em países como o Brasil, porém, essa supervirago pertence a alguns agraciados. É a grande benesse somente oferecida aos treinados em beijar pés (puxar sacos). Em retribuição, proprietários mais fortes (os mais agraciados) são os mais generosos para com o poder. "Poder", porque nem sempre é para com os ocupantes ocasionais dos cargos públicos. Mais do que a homens, essa "máquina-de-fazer-doido" na expressão de Stanislaw Ponte Preta, serve às idéias dominantes. E as idéias dominantes sempre são aquelas que favorecem os interesses dos donos de canais, sejam eles daqui ou de outras terras mais ricas, lá de fora. Neste caso, grupos poderosos pertencentes ao chamado imperialismo econômico — um polvo feroz — injetam elevadas quantias em moeda forte, as quais simplesmente humilham os poucos que se aventuram a bancar e manter canais com outra moeda, fraca ou menos forte.

No Brasil, canais de televisão são concessões do poder público, conquistas cartoriais. Até a promulgação da atual Constituição, as concessões eram distribuídas por única e exclusiva vontade do Poder Executivo. O critério era político e/ou pessoal. No novo texto constitucional tais concessões têm que passar pelo crivo do Legislativo, diminuindo em muito o poder político de grupos minoritários. Mas a realidade da jovem televisão brasileira viveu maior parte de sua história ligada ao ví-

*A concessão de canais de TV e rádio via poder Executivo esteve na ordem direta da manipulação política. Pela nova Constituição, as concessões têm que passar pelo Legislativo*



cio do apadrinhamento e nepotismo servil, particularmente no período dos governos militares.

Foi justamente nestas duas décadas que se consolidou o poderio da Rede Globo. Alimentada pelos amplos recursos internos (e mais o apoio externo), passou a ter o controle absoluto do setor e extrapolou os limites do poder concessionário. Passou a ter o controle também político, influenciando na escolha dos Ministérios, especialmente o das Comunicações. Neste período acumulou riquezas e patrimônio:

— Possui os melhores e mais caros programas, produzidos com recursos abundantes e sofisticadíssimos;

— É detentora da parafernália mais completa e mais moderna, comparada às mais avançadas tecnologias do Primeiro Mundo, especialmente daqueles países onde se sediam os outros "donos", que lá e aqui mantêm, com mão de ferro, o poder de todas as barganhas;

— Funcionários-chaves, atores, atrizes, artistas, jornalistas e técnicos são os mais bem pagos do mercado de trabalho. Por isso, pode ter a seu serviço as equipes mais especializadas em telejornais, animação de programas, especiais, telenovelas etc.

Tudo isso poderia ser motivo de orgulho, não fosse a trajetória espúria da conquista deste império, mancomunado com as elites e com a ditadura mais hedionda. Sem contar ainda o fato de que parcela de sua receita provém do contribuinte brasileiro.

Com relação à receita, a Globo fica com a maior fatia do mercado publicitário brasileiro, cerca de 80% de tudo o que se investe no setor. Para os outros canais ficam as sobras. A propaganda não se limita ao comercial padrão (aliás, padrão é uma palavra chave na Globo), e é na propaganda que se insere uma das formas mais vio-

lentas de atingir o indivíduo ou grupos. Hoje um pouco em desuso, a propaganda subliminar, proibida por lei, habitou por muito tempo os corredores globais. Trata-se de um estímulo que penetra no inconsciente do telespectador e mexe com emoções, idéias, maneiras de pensar, através de imagens inseridas em intervalos curtíssimos de tempo (alguns "frames" — que é a medida de tempo na tv, correspondente a trinta segundos).

As variantes mais modestas desta prática ilegal são hoje largamente utilizadas e uma delas é o *merchandising*, que é o comercial inserido dentro de um programa ou filme, muitas vezes despercebido de imediato, mas que cria modismos, consumos e idéias. Para avaliarmos as conseqüências do abuso desse poder, basta examinar os dados de uma pesquisa-relatório de técnicos norte-americanos sobre os índices de aprendizado através de nossos sentidos.

Nós aprendemos coisas, segundo o relatório, nas seguintes proporções: 1% através do paladar; 1,5% por meio dos recursos do tato; 3,5% através do olfato; 11% através da audição; 83% por meio de nossos olhos.

Se a televisão fosse apenas uma sucessão de imagens, já a capacidade de comunicar seria bem alta (83%); mas, juntando audição e visão, ela se torna toda-poderosa (94%). Daí os altos preços de alguns segundos de propaganda, preços esses que triplicam quando os comerciais vão ao ar nos chamados horários nobres. Muito mais que uma abordagem técnica, esta questão situa-se no âmbito de pessoas agredidas pelas canalhices perpetradas por esse "monstro" a serviço de supermarginais da dignidade humana, capazes de transformar produtos de segunda categoria em artigos de primeira qualidade; que fazem de um mau caráter um excelente cidadão; ou

## Transmissão via Satélite

Para ilustrar como nós, consumidores destes veículos concessionários somos também seus financiadores, citamos um detalhe pesquisado por um professor da UnB quanto à utilização dos satélites de comunicações. As emissoras pagam uma tarifa mínima para utilização dos satélites pelas suas transmissões nacionais e/ou internacionais. Vale dizer que o consumidor comum paga, proporcionalmente, três vezes mais por uma simples ligação interurbana (entre Rio e Salvador, por exemplo) que uma emissora paga de tarifa para a transmissão de algumas horas de um evento que esteja ocorrendo do outro lado do mundo, via satélite.

## As eleições pela televisão

A violência nos meios de comunicação consiste na forma de veiculação de fatos/notícias ou pretensas narrativas de uma realidade muitas vezes "produzidos", primeiramente nos gabinetes dos donos e depois nos laboratórios das emissoras. Violência é entrar nas casas de milhões de brasileiros com a informação que serve a interesses de pequenos grupos de poder. Maior exemplo disso, hoje, são os noticiários das campanhas dos candidatos à Presidência da República.

Uma análise, mesmo superficial, dos conteúdos veiculados nas emissoras destaca a diferença de abordagem entre os diversos meios. A viagem do candidato do PRN à Europa foi incansavelmente acompanhada e amplamente divulgada todos os seus passos. O encontro de Lula com empresários e banqueiros norte-americanos em Nova Iorque não mereceu uma imagem sequer, o mesmo acontecendo com a viagem de Brizola à Itália para uma audiência com o Papa.

Mais sutil foi a notícia de uma eleição simulada feita num colégio de primeiro grau, no Rio. Os alunos adotaram os nomes dos partidos e dos candidatos existentes oficialmente. O eleito foi o estudante que personificou o candidato do Partido dos Trabalhadores. A *Rede Globo*, em seu noticiário local, desconheceu este resultado e centralizou sua cobertura em imagens da torcida do candidato "collorido", sem citar seu nome. Ao final, uma aluna afirmava que o importante era escolher um candidato jovem para presidente do Brasil.

Noutro dia, o *Jornal Nacional* (o de maior audiência no país) terminou sua edição com uma matéria sobre a *importância da cor*, sua valorização e significados. O intento era claro, o de incorporar os símbolos de seu candidato ao inconsciente coletivo. Desta forma, não é necessário que se meça quantitativamente o número de vezes que um determinado nome aparece na telinha. O mais importante é o tratamento que se dá a este ou àquele personagem da política.

Não é de hoje que o sistema *Globo* vem tentando impor seu candidato. Segundo relato da revista *Isto É Senhor* de 16/8/89, esta articulação vem sendo arquitetada há um ano nos gabinetes do empresário Roberto Marinho. A partir daquela época "a mídia global firmou, sutilmente, no inconsciente pátrio como o caçador de marajás" aquele que havia sido eleito pelos empresários globais como o mais confiável para derrubar a candidatura Brizola.

"empurram" nos incautos o antigo, o corrupto, o desleal, o desonesto, como o novo, o vestal, o leal, o honesto.

Outro artifício da indignidade que pauta certos canais de televisão, é negacear ao telespectador (ou escamotear dele) os fatos que não servem aos propósitos dos donos dos veículos. Ora, uma vez que ditos canais são concessões do governo que deveria representar o povo, constituem um serviço a esse mesmo povo e somente assim deveriam ser utilizados. O único compromisso que deveriam ter seria o da informação e o da formação. Ao invés, o que a maioria das emissoras realiza é a deformação. Assim, enaltecem personagens insignificantes da história ou da política e soterram personalidades, só porque não servem aos seus propósitos.

A má vontade com os eventos populares, ou qualquer iniciativa que parta dos movimentos sociais é clara e explícita. Basta citar o total desconhecimento da realização do 7º Encontro Intereclesial de CEBs (10 a 14 de julho), realizado em Duque de Caxias (RJ).

Presentes toda a cúpula da CNBB, cerca de noventa bispos católicos do Brasil e outros do exterior, além de dezenas de representantes de todos os países da América Latina, mais de uma centena de evangélicos de todo o Brasil, bispos e pastores, teólogos e cientistas sociais de fama mundial. Tudo isso aconteceu no quintal das emissoras e nada foi divulgado. Por quê? Porque não interessava aos supremos chefes e ideólogos do poder conservador e de direita, nem a certas "autoridades" eclesásticas em cuja jurisdição estão as emissoras cariocas, afinadas com a malandragem direitista, na política, e antiprogressista, na igreja.

Era muito avanço dos poderes populares, da igreja popular, ecumênica, dos gritos dos massacrados.

**Carlos Cunha** é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e redator do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

**Xico Teixeira** é jornalista e diretor responsável pelo *Aconteceu*, publicação semanal do CEDI.

**D**omingo, dia de encontro na igreja. Reunimo-nos em cultos e missas. Lemos a Bíblia e a aplicamos aos nossos dias. Cantamos e celebramos. É um acontecimento especial. A gente o percebe no rosto das pessoas. Pode ser visto nas roupas que cada um usa. De fato, as reuniões na igreja são algo especial.

As pessoas que assim se reúnem gostam de entusiasmar-se. Tendem a sair de seu dia-a-dia. Buscam as esperanças que lhes são negadas. Sentem-se bem em flutuar um pouco acima de sua realidade.

A evocação dessa dura realidade não cai bem. A gente sente que isso contraria os participantes das reuniões na igreja. Não vieram — ao menos via de regra — para dar de cara com a realidade. Pelo contrário, estão contentes por poderem evitá-la por um momento. Por que mexer em feridas? Afinal, a realidade é tão brutal que se fez invencível!

# "TODA A CRIAÇÃO GEME E SUPOORTA ANGÚSTIAS"

**Milton Schwantes**

De fato, não há coração que aguente saber dos milhões de crianças que vivem na rua. A gente não suporta conviver com tanta favela. Não há como dar de cara com esta imensidão de gente sem terra, num país de tantos quilômetros. E como é possível que alguém sobreviva com o salário?

É dor demais. É dureza demais. É

brutalidade sem fim. E o pior é a falta de perspectiva. Como sair deste marasmo de crueldade em que estamos atolados?

A rigor, não há quem abertamente defenda este salário de miséria. Nem há quem seja tão desumano a ponto de achar que lugar de criança seja na rua. E até que a reforma agrária tem a adesão de quase todos.

Apesar disso, pouco vem acontecendo. Até se dá o contrário: os pobres ficam mais pobres. Parece destino! É coisa de fatalidade. Assim ao menos nos fazem crer. E cresce a angústia. Faz-se desespero, com rancor e violência.

Não é acaso que, aos domingos, na reunião da igreja, se quer distância disso tudo. Ao menos aí queremos cantar um mundo melhor, falar de coisas mais sublimes, com vestes mais ajeitadas. A gente entende. E até não é de levar a mal. São as ambigüidades de nossa vida.

**Rumo às alturas** — Domingo trás domingo repete-se esse dilema: quão delicioso é esquivar-se das durezas da semana! E nossas reuniões de igreja ficam zanzando de um lado ao outro. Ora fugindo do dia-a-dia, que efetivamente nos aprisiona. Ora indo em busca de novas paisagens e um pouco de ilusão.

Mas este embaraço até nem vem de hoje. Acompanha a trajetória das igrejas. É coisa de séculos. É uma verdadeira marca da própria história dos cristãos.

Por certo, sempre quisemos ser concretos. E lá no começo as comunidades eram deveras práticas. Acolhiam crianças de rua. Negavam-se a obedecer aos imperadores. Reuniam-se para crescer na solidariedade. Faziam coletas em



## *Na medida em que se fica perto dos tronos, as dores do povo não têm relevância maior. Uma vez pertinho dos pobres, tudo muda...*

favor dos pobres. Partilhavam alimentos. Enfim, davam soluções práticas e concretas para sua vida.

Este veio concreto jamais secou. Esteve presente nos mosteiros. Os reformadores tinham-no como seu alvo. Mesmo na história nada gloriosa das missões, evangelização e ação social costumavam andar de mãos dadas. "A fé sem obras é morta", dizia Tiago.

Contudo, não se pode dizer que o entusiasmo pelo concreto tenha prevalecido na trajetória de nossas igrejas. A tendência foi antes a de apartar-se, de esquivar-se de posições específicas, de práticas definidas. Expressa-o a liturgia das igrejas, com seu vocabulário sofisticado, um bocado acéptico. Conhecemo-lo da teologia que prefere a distância, as alturas. As dores concretas não são visíveis desde as alturas. Ficam mais diluídas, indefinidas. A teologia tem muito desta névoa. Tem o gosto das alturas, não tanto dos porões da humanidade, das violências em que se vive a vida.

A gente entende...

**Pertinho do trono** — Afinal, a fé cristã tem sido interpretada desde a vizinhança dos tronos. E isso vem de séculos. Durante a maior parte de sua história, as igrejas cultivaram a amizade com os tronos. O contato com as manjedouras e as periferias não foi tão intenso. Ficou em segundo plano. Nossa teologia tem as marcas dessa proximidade com os poderosos. Nosso jeito de interpretar o sentido da fé ainda tem muito colorido palaciano.

É o caso da experiência latino-americana. Por aqui, a evangelização seguiu os trilhos do massacre colonialista contra as nações indígenas e os povos africanos. Esteve pertinho dos conquistadores, dos grandes proprietários, dos senhores de escravos.

Houve exceções. Felizmente. E em especial o próprio povo tratou de encontrar seus canais de expressão religiosa. Os movimentos messiânicos situam-se neste contexto. Representam forças libertadoras. É importante que resgatemos estas vozes que não cultivaram a aliança com o poder.

Pois justamente nestas últimas dé-

cadadas vem crescendo a consciência de que ao cristão cabe estar ao lado dos empobrecidos. Estes são seus companheiros. E a partir deste lugar social se lê a Bíblia, se celebra a oração, se formula a teologia.

Na medida em que se fica perto dos tronos, as dores do povo não têm relevância maior. E nem devem ter. Mas, uma vez que se fica pertinho dos pobres, tudo muda...

**Acobertando** — Ora, este achego ao poder e aos tronos, praticado durante tantos séculos, dificultou e até impediu que as necessidades concretas do povo de Deus fossem tematizadas. O dia-a-dia como que foi excluído. Decretou-se não ser tema teológico, assunto para a fé. Questões 'espirituais' só seriam as que não estivessem vinculadas ao cotidiano. Quis-se passar uma esponja, para apagá-las. Deu-se uma maquiagem na vida, para parecer diferente do que é.

Mas lá por isso as violências não sumiram. As angústias não deixaram de ser gemidas, nas senzalas e nas favelas.

As igrejas como que coloriram... Não viam o que estavam vendo. Os índios foram massacrados. Foram vitimados por um monstruoso genocídio. Os escravos negros foram esgotados em suas forças. Foram açoitados, difamados pela cor. Operárias e operários estão sendo submetidos à crescente exploração. E as igrejas quase que se apartam desta violência toda, desta brutalidade monstruosa, como se não fosse de sua alçada, como se não dissesse respeito a seu ministério. A sociedade civil até teve que refutar igrejas, para promover avanços, para abolir a escravidão, para promover revoluções operárias.

Internamente nossas igrejas não raro promoveram a violência. A evangelização das nações indígenas foi violenta. Foi demolidora. Não é mesmo? Experiência semelhante é a das mulheres. Quão violenta foi a religião com as filhas de Eva!

Estranha teologia foi cultivada neste ambiente. Por um lado, celebra-se o Cristo com o fim da violência: das leis, dos sábados, dos sacrifícios. O véu do templo se rasgou de alto a baixo. Os doentes foram convidados ao centro da sinagoga. As mulheres testemunharam a ressurreição. A justiça vai se realizando através das comunidades de amor e partilha. Mas, por outro lado, tudo continua como

antes. Os doentes não têm vez. As mulheres que se calem. As leis que sejam mantidas. E até sacrifícios são exigidos. Sim, a teologia continua a promover violência. Em seu nome se continua a exigir silêncio. Pereniza-se a subjugação de índios, negras, lavadeiras, lavradores.

É deveras estranha esta teologia, que anda por aí. Seu grau de violência seja sua falência. Tomara.

**Descobrimo** — Em todo caso, importa que não seja acobertado o que há de mais brilhante na tradição das igrejas e no testemunho bíblico. Refiro-me a seu senso de criatividade.

Ao denunciar as atrocidades cometidas contra os mais fracos, a Bíblia é muito criativa. Vai aos detalhes. Esmiúça. Descreve com perspicácia jornalística como o rei Davi provoca a morte de Urias, marido de sua amada Bate-Seba.

Através das palavras de Miquéias, mostra que a exploração, o salário mínimo, não passam de canibalismo. De fato, o testemunho bíblico quer criar um quadro realista. Mostra a violência como ela é, sem retoques, com dureza, com a máxima feiúra possível, para que, depois, ninguém vá dizer que não sabia que os sem-terra estão sendo assassinados e que milhões de crianças passam fome. Não podemos perder esta criatividade da Bíblia em denunciar as violências, em des-cobrir o que se passa.

Igualmente criativo é o testemunho escriturístico em sua vontade de ir superando, no concreto, gemidos e angústias. Está repleto de esperança pela redenção da criação que geme e suporta sofrimentos.

Experimenta-se a superação da violência através da solidariedade. A comunidade é este espaço novo e concreto para a redenção. A Bíblia não se cansa em insistir neste seu projeto. A comunidade, a igreja de base, viabiliza momentos de superação das opressões. Aí as crianças são acolhidas: "Deixai vir a mim os pequeninos". As mulheres também testemunham, assumem sua palavra. Os escravos são integrados como irmãos. Nascem novas relações. E assim a violência é contida, de jeito concreto, pé no chão.

---

**Milton Schwantes** é pastor luterano e professor do Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, em São Bernardo do Campo, SP. É autor, entre outros, de *Projetos de Esperança* (Vozes/CEDI/Sinodal).



*O verdadeiro campo de batalha eleitoral e político precisa ser delimitado para que se dê um salto qualitativo, através do voto, em direção à democracia*

**Florestan Fernandes**

**J**á aprendemos, por uma experiência secular endurecida pela ditadura e pela “Nova República”, que a realização de eleições não significa a existência e o aperfeiçoamento da democracia. Os cientistas sociais cunharam o conceito de “eleições rituais”, e Myrdal usou a noção de “biombo” para designar o estilo de democracia imperante na Ásia. Tivemos uma ampla dose das duas coisas e o nosso esforço se concentra, na centro-esquerda e na esquerda, na superação dessa situação histórica. Ela seria uma mascarada ou uma comédia, se não afetasse tão fundo as aspirações, as esperanças e os sonhos de toda uma nação (não só de uma geração mutilada).

**Pacto colonial** — A “mudança destituída de revolução” (ou “conservantismo modernizador”, como preferem historiadores e antropólogos)

permitiu que o Brasil se transformasse. Contudo, a custos sociais que nos compelem a pensar que a aceleração da industrialização, do urbanismo, da diferenciação da economia, da expansão das multinacionais que fabricam, exportam e vendem “produtos brasileiros” contêm várias faces devastadoras. Regredimos no plano agrocomercial, com a recuperação do latifúndio; ao nível institucional, com o fortalecimento do Estado autocrático burguês (agora dotado de “eleições livres”); na esfera da organização da sociedade civil, com a decuplicação do desenvolvimento desigual. Restabeleceu-se outra espécie de *pacto colonial*, invisível, destrutivo e maligno, hiperconcentrador de riqueza, de cultura e de poder. Ocorreu a “multiplicação de empregos” e a “difusão do mercado de trabalho”. Em compensação, até a pequena burguesia e os estratos tradi-

cionais das classes médias se empobreceram e se tornaram “trabalhadores intelectuais”, com carteira sindical, baixos salários e prática de greves — algo muito perigoso, porque as elites culturais perderam os seus celeiros e as classes subalternas ganharam uma fonte perene de intelectuais orgânicos. Mas que implica proletarianização maciça de professores e intelectuais.

O pauperismo, a prostituição, o favelamento, os deslocamentos em massa de migrantes miseráveis, a mortalidade infantil, a desagregação e a obsolescência de serviços públicos essenciais (escolas, hospitais, habitação, transportes, saneamento, etc.); as discriminações odiosas ao negro, ao mestiço, aos indígenas, aos trabalhadores (e com maior intensidade do trabalhador da terra), as mulheres, aos idosos, aos “transgressores sexuais” ou aos “viciados em drogas”, etc; o genocídio e a violência como recursos não de “seleção”, mas de opressão — atingiram uma escala alarmante, desumana e degradante. Cultivamos e nos orgulhamos da civilização produzida e geradora da barbárie como expressão máxima do “progresso”.

*Os estratos tradicionais das classes médias empobreceram-se, tornando-se "trabalhadores intelectuais" com carteirinha sindical e baixos salários*



Carlos Carvalho

**Idade da ruptura** — É por aqui que se apanha o sentido oculto e profundo destas eleições. As forças sociais e políticas que não foram corrompidas pelas condições e pelos efeitos do desenvolvimento desigual querem pôr um ponto terminal nesse descalabro. Ele não resulta somente da ditadura e da "Nova República". Estas desempenharam o papel da *mão de gato*: tornaram essa realidade escabrosa mais fácil e tentacular, deram-lhe prioridade e suporte estatal. Porém, elas próprias a geraram, para ser o corpo e o sangue de uma evolução sociopática. Só puderam nascer, multiplicar-se e impor-se por causa de nossa herança econômica, cultural e política.

Precisamos de democracia para iniciar a demolição de tal herança e do gigantismo do Estado associado ao exclusivismo pernicioso da iniciativa privada, nacional e estrangeira, os quais ameaçam a nossa sobrevivência. Poderão dizer, com razão, que a democracia irromperá fraca e inibida pelas circunstâncias de sua implantação. É verdade. No entanto, alcançamos a *idade da ruptura*. Essa

democracia débil sofrerá um crescimento oscilante, em zigue-zague. Não obstante, poderá ser um fator de mudança com revolução, dentro ou contra a ordem social vigente.

O alvo maior dos que não estão com o espírito desprevenido vem a ser esse. A retórica que faz ressoar palavras ou bandeiras partidárias normativas não chega aí. Os conservadores pilharam as fórmulas da centro-esquerda e da esquerda. Agitam as mesmas bandeiras. Confundem a opinião pública e os eleitores, cujo apoio disputam por quaisquer meios, pois "não são ideológicos" e estão "acima das classes"!... Temos o dever de delimitar o verdadeiro campo de batalha eleitoral e político. O repúdio ao ritualismo eleitoral precisa ficar bem nítido. Nada de "transição lenta, gradual e segura", o veneno ideal para matar a democracia emergente à florentina!

**Encruzilhada** — Extingui-la o mais depressa possível não se confunde com substituir José Sarney Costa e seu dispositivo militar de poder. Representa

dar um salto qualitativo pelo e através do voto. Se isso não consumir-se, a decepção e a repulsa aos políticos e a seus partidos traçoeiros converter-se-ão em ódio compulsivo. Os de baixo deixarão de obedecer e edificarão, com suas próprias mãos, a democracia da maioria.

O que impressiona o observador e o publicista é a insensibilidade dos empresários e dos políticos profissionais conservadores diante das perspectivas dramáticas que se enlaçam na equação política: ou democracia real ou o imprevisível. Ambos não saem à luta para advogar o modelo imperativo de democracia. Apenas defendem, com unhas e dentes, a continuidade da situação histórica rejeitada, em parte conscientemente, em parte espontaneamente, pela imensa maioria. Iludem-se com o êxito do ressurgimento do demagogo populista, fiel às classes dominantes e exclusivamente servil de seus interesses e objetivos.

**Minoria impune** — Pelo conhecido processo psicológico do *wishful thinking*, reproduzem o passado recente e remoto (iguais entre si), como se uma maioria pudesse usar e abusar impunemente, para sempre, de seu poder econômico, de sua hegemonia cultural e de seu monopólio sobre o poder político estatal. Ao desencadear-se como uma necessidade histórica, a democracia descerra novos horizontes e desencadeia forças sociais construtivas suficientemente fortes para abalar o capitalismo oligopolista, fundado nas crueldades do desenvolvimento desigual extremo, e para abrir as vias do socialismo.

Nessa encruzilhada da vida política, uma vitória das influências renovadoras configura-se como essencial. Todavia, a derrota é menos negativa que para os conservadores. O caldeirão está fervendo. Promessas vazias, eleições rituais, democracia-biombo são ingredientes que solapam a ordem estabelecida e provavelmente conduzirão à derrota os mercados de ilusões. A situação histórica chegou a esse nível de maturação. Ou termina a "transição transada" ou a democracia real virá imposta de baixo para cima, voltando-se contra os seus inimigos, os donos do poder e suas elites.

*As forças sociais e políticas que não foram corrompidas pelos efeitos do desenvolvimento desigual querem por um fim nesse descalabro*

Florestan Fernandes é sociólogo, professor e deputado federal (PT/SP). Artigo reproduzido do *Jornal do Brasil* (5/9/89).

# PARTIDOS, CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÕES

**Luiz Alberto Gómez de Souza**

**P**oderia ser de utilidade fazer algumas considerações sobre o sentido democrático do voto. Em primeiro lugar, por mais importante que sejam estas eleições diretas, depois de quase duas décadas de autoritarismo, não podemos esquecer que a prática democrática não se reduz aos momentos espasmódicos dos atos eleitorais. Ela se realiza permanentemente pela presença ativa da população, através de suas associações, movimentos e partidos, junto à sociedade política, na articulação de reivindicações, vigilância, apoios, protestos e iniciativas populares. A nova Constituição, inclusive, dá instrumentos concretos para essa presença que vão além do voto (artigo 14: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I — plebiscito; II — referendo; III — iniciativa popular"). Aliás, neste momento em que o debate eleitoral parece abafar todas as outras atividades políticas, é ocasião para lembrar que, em cerca de cinco mil municípios, começam os trabalhos para a elaboração das leis orgânicas, que definirão, com maior ou menor criatividade, as diferentes estruturas de poder local. Aí a participação da população é da maior relevância para alargar os espaços do exercício democrático.

**Ambigüidade das eleições** — Há uma característica desta eleição presidencial que a faz particularmente ambígua. Por uma decisão casuística, que contradiz as orientações mais profundas da nova Constituição, manteve-se o regime presidencialista, de consequências tão negativas na conturbada história política da América Latina. Por ele, a 15 de novembro fomos convocados a eleger uma espécie de soberano pelo prazo rígido de cinco anos, a quem entregamos, com certa margem de risco, a sorte da nação durante esse período. A experiência latino-americana tem mostrado que os mecanismos para antecipar os tempos de alternância passam muitas vezes pelos traumas do

*As eleições são elementos importantes na prática política, mas a democracia não se reduz ao processo eleitoral. Há critérios para a escolha do candidato que não mais além do que seus discursos*

golpe de Estado, pela renúncia do presidente, sua morte (suicídio, assassinato...) etc. A outra alternativa, além de um difícil *impeachment*, é esperar, contando os dias e as horas, o prazo legal da substituição. Vivemos neste momento esta experiência quando, por culpa de uma diverticulite, temos de aturar um presidente despreparado e a quem foi dado, inclusive, um ano a mais para reincidir em suas inércias e indecisões. Não fora o presidencialismo rígido e já a nação teria posto campo fora o bando de incompetentes que nos governam. Infelizmente, esta nova eleição se fez ainda dentro das velhas regras do jogo desse presidencialismo personalista. Mais do que em tendências políticas ou em propostas, fomos convocados a votar em pessoas concretas, como se o exercício do poder dovesse depender dos dons e dos defeitos desses cidadãos. Isso deforma o ato eleitoral e o empobrece, principalmente do ponto de vista da escolha de reais alternativas históricas e sociais.

**Manipulação das pesquisas** — Este período pré-eleitoral foi revestido de outra característica negativa: a manipulação exacerbada das pesquisas. É hora de denunciar seu caráter fetichista e enganador. Elas se baseiam em sondagens de opinião e, portanto, têm como ponto de partida a própria população que as produz. Entretanto, logo se "objetivam", isto é, adquirem autonomia em relação a seus autores e se voltam contra eles, para tentar influenciá-los e inibir sua capacidade de livre escolha. A população é, então, levada a esquecer que está na origem da pesquisa e passa a olhá-la como alguma coisa independente, com vida própria e pretensões orientadoras. Não se trata de saber se ela é tecnicamente correta. Possivelmente

será irrepreensível do ponto de vista científico. O questionável é seu uso manipulador. Em lugar de tomar uma decisão política responsável, corremos o risco de consultar as pesquisas como oráculos preditivos. Dá vontade de convocar para uma rebeldia cívica, que consistiria em recusar-se a opinar diante dessas sondagens, a fim de que os fluxos de decisões políticas possam correr mais fluídos e espontâneos, a partir de um livre debate. Nunca é demais insistir que as tendências das pesquisas são sempre passíveis de serem alteradas. Até o dia da eleição nada está predeterminado e há que lutar contra fatalismos impostos, que são profundamente antidemocráticos. É na urna que tudo se decide e não antes, pelas pressões das sondagens ou das insinuações dos meios de comunicação social.

Aliás, essa livre decisão tem demonstrado maturidade notável nas últimas eleições. Observando seus resultados, vemos que o eleitorado, nas semanas que antecederam a eleição, fixou suas posições com alta dose de bom senso. É de se esperar que isso se repita uma vez mais, se realmente confiarmos que nosso povo sabe votar, comprovando-se novamente o valor da prática democrática, apesar da arrogante desconfiança das elites ou das vanguardas que se julgam iluminadas. Esse bom senso difuso, ancorado nas necessidades, nas esperanças e nos sofrimentos concretos, faz das eleições um fascinante exercício de soberania popular.

**Passos da comunidade democrática** — Mas há, além disso, outro elemento a levar em conta. Esta não é a última nem a definitiva eleição, mas uma entre muitas, num processo de democratização. Inclusive, podemos

## *O apelo a um voto útil imediatista deveria se transformar no chamado a um voto responsável e coerente*

dizer o contrário: é o primeiro passo na retomada de uma caminhada democrática que está começando. Nesse sentido, o apelo a um voto útil imediatista se deveria transformar no chamado a um voto responsável e coerente. Principalmente numa eleição em dois turnos, o primeiro momento poderá ser a afirmação de uma opção que não esgota suas expectativas no resultado de 15 de novembro.

Na segunda votação, as margens de escolha serão menores e a decisão deverá, então, transcender as opiniões particulares e fixar-se nas tendências mais amplas do conjunto dos presidencialistas.

**Não se pode ficar em cima do muro** — Desse último ponto de vista, como mover-nos diante da multiplicidade de tantos candidatos? É possível agrupá-los em duas tendências principais?

As categorias ideológicas abstratas, chamem-se inclusive esquerda ou direita, podem ser enganosas se não forem referidas a uma realidade histórica concreta. Qual seria ela, no caso do Brasil? Salta aos olhos que vivemos na oitava economia mundial,

ocupada por uma maioria de pobres e miseráveis. O progresso industrial moderno coexiste e se alimenta com a fome dessa maioria.

Vemos sempre mais a difícil convivência entre dois países que, ao mesmo tempo, se entrecruzam e se opõem. Se continuar a situação como está, não é difícil prever os enormes conflitos que virão desse escandaloso *apartheid* social.

Há, pois, uma opção fundamental que divide a nação: os que são favoráveis à manutenção desse sistema de enriquecimento crescentemente excludente (e que se beneficiam dele) e os que propõem um projeto que privilegie os marginalizados do sistema. E não há como ficar em cima do muro. Ou estão com o processo de modernização concentradora (não importa se introduzindo paliativos sociais) ou a solidariedade fica do lado das propostas que tenham como sujeitos preferenciais os excluídos desse processo.

A partir desses parâmetros não é tão difícil assim agrupar os diferentes candidatos em duas grandes famílias políticas. Ainda que alguns deles oscilem numa certa ambigüidade, acabam ficando de um lado ou de outro da

barreira. Para perceber isso, não devemos basear-nos nos discursos (quem não fala dos pobres?), mas nas práticas concretas dos setores a que estão ligados os candidatos. Essa visualização será particularmente importante no momento de tomar a decisão do segundo turno. Os mais pessimistas perguntarão o que acontecerá se tivermos de escolher nessa ocasião entre dois candidatos do mesmo bando, no caso dramático, ambos da tendência de apoio ao modelo social vigente.

É sempre uma possibilidade inquietante, mas o bom senso a que aludimos acima, e a correlação de forças do espectro político, indicam que o mais provável será o enfrentamento entre candidatos das duas tendências. E, então, nossa decisão deverá transcender simpatias ou antipatias e fazer-se em função da fratura social e ideológica que divide o Brasil.

Finalmente, a posição diante do resultado das eleições é sempre um teste às nossas convicções democráticas. O vencedor, seja qual for, gostemos ou desgostemos dele, deverá ser o próximo presidente. Com as eleições, acima de tudo, ganha a democracia e a possibilidade de uma sociedade mais participativa. E com isso, ganhamos todos nós.

**Luiz Alberto Gómez de Souza** é professor de Filosofia Política na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador no Centro João XXIII. Autor dos livros *Classes populares e Igreja nos caminhos da história* (Vozes, 1982) e *A JUC: os estudantes católicos e a política* (Vozes, 1984).

*Não devemos basear-nos nos discursos dos candidatos mas nas práticas concretas dos setores a que estão ligados*



## **E A QUESTÃO NUCLEAR?**

Da usina de Angra dos Reis ao projeto de submarino de Aramar, a questão nuclear é um assunto polêmico, que a publicação discute de forma acessível, fortalecendo a luta anti-nuclear numa perspectiva ecológica voltada para o conjunto da sociedade.

Coedição CEDI — Desepp/CUT — Nemi —  
Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba.  
138 páginas. 13,5 x 20,5 cm. NCz\$ 26,00

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo-SP.

# INCERTEZAS DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

**Francisco Weffort**

**S**e o tema do socialismo se torna obrigatória como imposição da história, tanto melhor se a discussão puder tomar em conta as realidades históricas dos países aos quais se refere. Dois pontos deveriam ser mencionados aqui.

Em primeiro lugar, parece claro que não há nenhum modo razoável de se discutir as perspectivas da transição política no Cone Sul dos anos 80, se mantivermos intocadas certas idéias que persistem em conformar estes países aos padrões vigentes nos anos 60. O Paraguai é, certamente, a exceção. Quanto aos outros, seria absurdo pretender ignorar todas as mudanças, as boas e as más, talvez até mais estas do que aquelas, que se acumularam nestes últimos 20 ou 30 anos. Seria absurdo, ou pelo menos inconsistente, pretender pensar as perspectivas do socialismo nesta região tomando como paradigma o que ocorre, por exemplo, na América Central. Neste ponto, algo de fundamental precisa ser dito a respeito do Estado e das novas condições para se definir uma estratégia de transformação política e social.

Como diz Edelberto Torres-Rivas, na América Central a violência em co-extensiva à existência é "consolidação do Estado". Ali, o Estado "é a tradução no poder de interesses econômicos que impulsionaram a reconstituição violenta da propriedade agrária, baseada no despoto camponês-indígena". À parte o caso do Paraguai, penso que está bastante evidente que os demais países do Cone Sul já passaram, bem ou mal, por esta fase. O reconhecimento de que aqui, o Estado não pode ser entendido apenas como violência nem apenas como o jogo egoísta (e violento) dos proprietários, talvez tenha sido o preço mais alto que os povos dos nossos países pagaram pelos fracassos das estratégias guerrilheiras da esquerda dos anos 60.

Nos países do Cone Sul, as últimas formas da equação Estado = violência

*As experiências dos anos 60/70 mostram que nossas sociedades não se modificam por decretos do Estado, venham da esquerda ou da direita. Ainda temos um trabalho de revisão intelectual e política a fazer*

foram extramente os regimes militares as derradeiras. Hoje, algo mais teria de ser acrescentado a esta equação para que ela descrevesse a realidade com alguma aproximação. E na pesquisa deste "algo mais", sempre seria útil trazer de volta à discussão a velha fórmula Estado = coerção + consenso, criada por Antonio Gramsci.

Em todo caso, as experiências dos anos 60 e 70 sugem que, nestes países do Cone Sul, a violência talvez seja mais eficaz para conservar do que para mudar a sociedade. Nem os guerrilheiros chegaram ao poder para as mudanças revolucionárias nas quais

acreditavam nem os regimes militares foram capazes de mudar a sociedade na medida em que desejavam. Se conseguiram, neste ou naquele ponto, alguma mudança na sociedade, foi porque, além da violência, contaram em certos momentos, com expressivo apoio de setores da própria sociedade. A propósito, nem os golpes de Estado que deram origem aos regimes militares na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai teriam sido possíveis sem amplo apoio de setores da sociedade. É também desse apoio, ou de sua conquista em novas bases, que se fala quando se afirma, com razão pelo

Jesus Carlos



menos para o caso do Brasil, que o regime militar conseguiu consolidar no país um *ethos* capitalista. Boa parte do caráter conservador da transição brasileira seria difícil de compreender sem que considerássemos as novas premissas econômicas e sociais criadas pelo regime militar.

Em segundo lugar, creio que se faz necessário deixar explícito que, entre os democratas, os socialistas e os nacionalistas-populares, torna-se imperioso comanhar para uma nova concepção de política. E que seja uma concepção de política que tome em conta o estágio de modernidade que nossos países já alcançaram e o processo de democratização em que se encontram. Creio que as experiências dos anos 60 e 70, declararam inviável talvez mesmo indesejável, em países com o grau de modernização e de democratização alcançado pelos nossos países, a concepção clássica de revolução entendida como um corte abrupto, pontual, capaz de produzir, num curto espaço de tempo, rupturas fundamentais na sociedade, na economia e no Estado. Falando dos "países atrasados", Fernando Claudin fala de uma persistência do leninismo, entendido como "a crença na vanguarda"; neles "há condições para que essa via leninista possa ter êxito e, sobretudo,

para que seja um modelo". São situações semelhantes às da velha Rússia. Já nos "países modernos", tal concepção não encontraria justificativas."

As experiências dos anos 60 e 70 mostram que as nossas sociedades não são facilmente modificáveis por decretos emitidos do Estado, venham estes pela direita ou pela esquerda. E mostram ainda que, bem pensadas as coisas, temos um trabalho de revisão intelectual (e política) a fazer. Afinal, o conceito revolução que conhecemos atuante na tradição latino-americana não é apenas aquele formado na história das revoluções latino-americanas, a começar pela revolução mexicana. É também o conceito herdado das grandes revoluções européias, a francesa e a russa, as duas, aliás, ocorrida em países predominantemente agrários, cujas estruturas de poder e de mando se encontravam, como as nossas nos tempos das algarquias, altamente concentradas nos aparelhos de Estado. Aqui se coloca o centro disso que venho chamando de uma necessária mudança em nossas concepções políticas. Se as revoluções ao estilo "tomada de Bastilha" e "tomada do Palácio de Inverno" (ou "tomada de Havana" e "tomada do bunker de So-moza"), não são possíveis, deveríamos concluir que nenhuma revolução é pos-

sível? Ou deveríamos nos empenhar em vislumbrar novos caminhos de revolução, ou seja de transformação da realidade dos nossos países?

Num debate que vise renovar as concepções políticas da esquerda, as questões são, em verdade, mais complicadas do que eu posso ter sugerido até aqui. Se não sabemos direito o que significam revoluções em países como os nossos, a verdade é que nem mesmo as reformas andam tão claras como se poderia desejar. Não se trata portanto, aqui, de sugerir um debate, tão anacrônico quanto inútil, ao estilo do dilema "revolução ou reforma?". É óbvio, ou deveria sê-lo, que uma perspectiva revolucionária não exclui, necessariamente, as reformas. Sempre existem, por certo, alguns setores supostamente radicais imaginando que temos uma revolução esperando na esquina e que as reformas significariam um desvio no caminho. Parece-me, porém, que nem temos uma revolução na virada da esquina nem temos reformas tão fáceis de se realizar quanto se supõe. O mais terrível da situação dos países do Cone Sul — e, possivelmente, de toda a América Latina, com a exceções evidentes de Cuba e da Nicarágua — é que as alternativas de direita aparecem como muito mais prováveis, pelo menos no horizonte mais próximo, do que qualquer das variantes, reformistas ou revolucionárias, da esquerda. Exemplos? Depois do fracasso do Plano Austral na Argentina, e do Plano Cruzado no Brasil, as alternativas de política que aparecem no horizonte, na área do combate à inflação, são ainda mais duras. Ou, se quiserem, ainda mais insuficientes. É esta situação, difícil hoje mas que ameaça tornar-se pior amanhã, que cabe mudar.

De tanto maltratar a idéia das reformas com um retórica pretensamente revolucionária, boa parte das esquerdas vem encontrando enormes dificuldades em formular uma política de reformas. Muita gente, entre os democratas e as esquerdas, simplesmente perdeu de vista o quanto de clareza política e de esforço organizatório umas "miseráveis" reformas podem exigir. Talvez seja tempo de que comecemos a perceber que existem reformas e reformas.

Uma coisa são as reformas no campo institucional, isto é, no campo dos direitos políticos e dos direitos sociais, conferindo maior capacidade de organização ao setores mais pobres da sociedade. São exemplos disso as reformas sindicais de Perón e os direitos sociais de Getúlio Vargas ou, nos Estados

*Nem os guerrilheiros chegaram ao poder*

*para as mudanças em que acreditavam, nem os regimes*

*militares mudaram a sociedade como desejavam*

Jesus Carlos



Unidos dos anos 30, e num contexto bastante diferente, os direitos sociais e sindicais do *New Deal*, Franklin Roosevelt. Outra coisa são reformas estruturais, por exemplo, no campo da propriedade (reforma agrária), ou na área da distribuição de renda. Ou na área das possíveis nacionalizações (ou, se for o caso, estatizações) de monopólios ou de empresas oligopólicas que atuam em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento.

Retomemos, de um outro ponto de vista, a mesma distinção anterior. Uma coisa é, por exemplo, incrementar, através de reformas institucionais, a capacidade de defesa dos trabalhadores e dos grupos mais pobres para que eles atinjam, por seus próprios meios uma parcela maior das rendas da sociedade. Outra coisa é, por exemplo, decidir, a partir do Estado, regras para uma distribuição progressiva da renda. São exemplos de distinções possíveis em uma área na qual se impõe ampliar os nossos conhecimentos e experiências, de modo a capacitar as esquerdas e os democratas para formularem políticas adequadas à situação em que vivemos.

Em todo caso, me parece claro que há muito a fazer nesta área de questões que nos permitam superar algumas heranças envelhecidas. Ao lado de uma distinção entre reformas institucionais e reformas estruturais, é necessário também distinguir entre reformas de efeitos acumulativos no sentido de uma transformação da sociedade e reformas cujo significado se esgota no seu campo parcial de aplicação. Longe de mim afirmar que tais distinções sejam fáceis na prática da luta política. Em todo caso, o debate em torno de sua possibilidade se torna hoje indispensável se quisermos chegar a uma política de reformas que possa contribuir para a transformação da sociedade e para a consolidação e aprofundamento da democracia.

Temos, no Cone Sul, uma revolução pela frente? Talvez. Mas se vier será, com certeza, muito diferente daquilo que as esquerdas pensaram a respeito até os anos 60 e 70. Seria certamente útil na pesquisa de novas perspectivas políticas para as esquerdas do Cone Sul, voltarmos a reexaminar a velha metáfora gramsciana em torno da "guerra de posição" e da "guerra de movimento". Comparados com os anos 60 ou, hoje, com a América Central, parece claro que os países do Cone Sul, com exceção do Paraguai, se tornaram definitivamente "países ocidentais", na acepção gramsciana.

*Uma perspectiva revolucionária não exclui reformas. Nem temos uma revolução na virada da esquina, nem reformas tão fáceis de realizar quanto se supõe*



Jesus Carlos

Transformamo-nos ou vamos nos transformando em sociedade modernas, articuladas em grau suficiente para tornar o aparato de Estado em apenas um fortaleza a mais em um campo de luta que inclui muitas outras fortalezas e fortins.

Aqui, o Estado já não é apenas violência. E mais: aqui o Estado já não é tudo. Já não é o soberano absoluto de uma sociedade amorfa e gelatinosa. Há muito mais na política além do Estado. O que, longe de facilitar a tarefa de definir uma perspectiva para as mudanças, a forma ainda mais complexa e difícil. Já não basta ao discurso que vise a transformação da sociedade falar de organização política de tomá-lo do poder de Estado. É que o poder está também na sociedade, nas organizações privadas da sociedade civil sejam estas de caráter econômico, de caráter social ou de natureza cultural. O que significa que em países com tais características ninguém mudará a sociedade



se não for capaz de desenhar uma perspectiva econômica, social, cultural e, também, evidentemente, política, capaz de reformar a sociedade e, assim fazendo, de acumular forças para movimentos mais amplos de mudança. Isso não significa apenas que se acumulem forças para uma chegada, não direi final mais sim eficaz, ao Estado. Não significa apenas que se acumulem forças para uma transformação que virá. Significa que temos de esboçar perspectivas que tornem possível que

*O debate em torno das reformas que se deseja,  
torna-se hoje indispensável para a transformação da  
sociedade e consolidação da democracia*



Jesus Carlos

as transformações comecem desde agora, no âmbito, embora ainda restrito e gradual, das próprias reformas.

Se uma revolução é possível, nestes países, ela terá de se dar ao longo de um demorado processo. Neste sentido, ela não ocorrerá, como um corte abrupto no tempo, em alguns meses ou em uns poucos anos, mas cobrirá toda uma época histórica. Assim, ou está contida, ainda que apenas em germe, em cada ato, em cada luta, em cada realização ou não virá jamais.

Um texto como este, destinado a abrir um debate, não poderia terminar com uma conclusão. Ficam, contudo, algumas observações a título de sugestões. Não estou entre os que pensam que todo o passado passou. Nem entre os que pensam que o futuro é um ponto distante de um tempo a vir e que, como tal, pouco ou nada tem a ver com o tempo em que vivemos. Entendo apenas que a democracia política só alcançará a sua consolidação em nossos países se caminhar ao lado de uma política de reformas. Ou, pelo menos, se propiciar as condições políticas e institucionais que tornem viáveis as reformas imediatamente necessárias na economia e na sociedade. Quando ao mais, eu me alinho junto com aqueles que pretendem também construir uma perspectiva de transformação socialista da sociedade e do Estado.

Estou convencido de que a incerteza que vivemos hoje em torno dos rumos da transição, exige uma capacidade de definição de políticas globais, que anda muito diminuída ultimamente. O pensamento político latino-americano não foi ainda capaz de substituir as suas apressadas globalizações dos anos 60 e 70 por visões mais adequadas. Mas há algo pior do que isso: desconfiados das visões globais e obrigados a uma luta de caráter defensivo, tanto no plano

político quanto no plano econômico e social, e de caráter fragmentário e de curtíssimo prazo, quase pedaço por pedaço, milímetro a milímetro — muitos líderes e intelectuais da esquerda perderam dos anos 60 tanto os vícios quanto as virtudes. Creio poder afirmar que o pensamento da esquerda acabou gravemente afetado pelas circunstâncias criadas pelos regimes militares e pelas próprias lutas de resistência. E creio que isso se agrava como resultado da crise internacional que lega os movimentos populares em geram a uma luta setorialistas e corporativista do gênero “salve-se quem puder”, ao mesmo tempo em que reforça o sentimento de impotência dos partidos e das lideranças democráticas.

Em uma situação como esta, as oportunidades de reflexão e análise não podem ser desperdiçadas. E têm de ser utilizadas como a consciência clara de que as perguntas que possam surgir (e, sobretudo e principalmente, as novas respostas) sempre encontrarão quem as escolha, quem as critique e quem as desenvolva. Por modesta e limitadas que possam ser em uma formulação com esta, ainda preliminar, elas talvez suscitem a discussão que poderá levar a algo melhor. Foi com esta esperança que me atrevi a escrever estas páginas.

**Francisco Weffort** é cientista político, diretor do Cedec, professor de Ciência Política da USP e membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Este artigo é um excerto do texto publicado na revista *Lua Nova*.



## CHICO MENDES: Uma vida de lutas

Resgatando a trajetória do líder sindical e ecologista Chico Mendes, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a Central Única dos Trabalhadores publicaram, com o apoio do CEDI e outras entidades, o caderno especial *Chico Mendes*, que conta a sua vida, suas lutas e propostas, através de uma entrevista inédita, dos programas que defendeu e de depoimentos daqueles que acompanharam sua caminhada.

36 páginas — NC7\$ 16.80

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Setor de Distribuição, Av. Higienópolis, 983 CEP 01238, São Paulo (SP) ou vale postal para a agência do correio 403911 (Santa Cecília, São Paulo)

# CUIDEMOS DO QUE DEUS CRIOU

**Silvio Meincke**

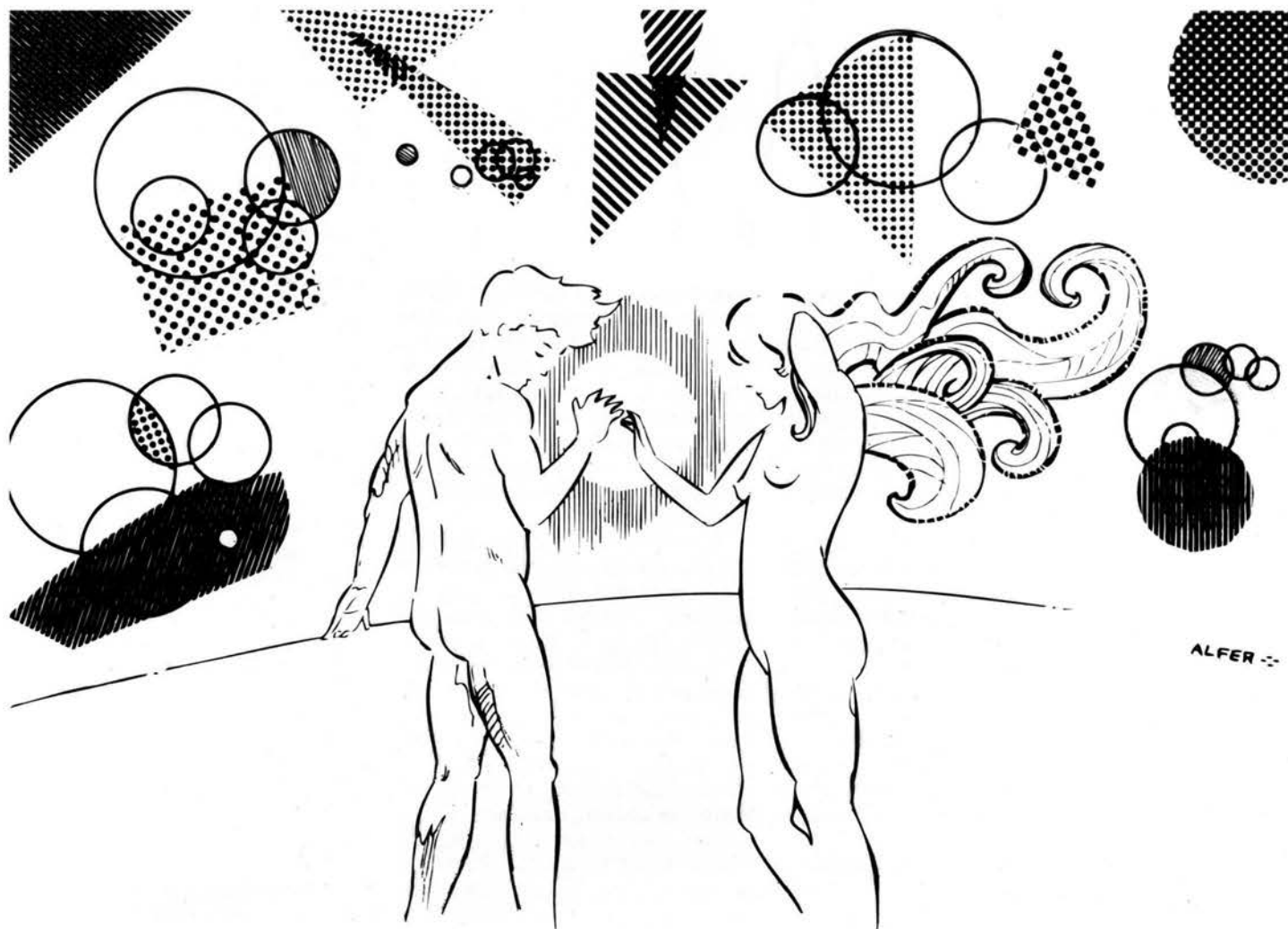
Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou, macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei e subjuguai a terra! Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre tudo o que vive e se move sobre a terra (Gênesis 1.27-28)

A tradição bíblica ensina que Deus criou os céus e a terra. No princípio, a terra estava vazia, havia trevas e reinava uma grande confusão. Então, Deus criou a luz, separou a terra das águas e criou os animais e as plantas. Ao lado de

muitas outras coisas, criou os grandes rios e todos os seus afluentes. Encheu estes rios de jacarés, pirarucus, peixes-boi, golfinhos e de todos os outros tipos de peixes, até o menor deles. Deu fertilidade às terras e criou as enormes florestas, com suas castanheiras, seus cedros, suas cerejeiras, seus mognos, também as samambaias, as orquídeas e todo o verde com suas mil tonalidades e suas flores. Em seguida, encheu a floresta de seres vivos. Criou os lagartos, as cobras, as tartarugas, as borboletas, as abelhas, os colibris, os tucanos, os papagaios, também as onças, os guarás, os macacos e todos os seres que enchem a flo-

resta com seus gritos, seus assobios, seus cantos e alaridos. E viu que tudo aquilo era belo, bonito e bom.

**Deus nos entrega a terra —** Quando tudo estava em perfeita ordem e cheio de vida, Deus criou o homem e a mulher para sujeitar e dominar a terra. Como fez com todas as outras regiões do planeta Terra, confiou também o chão brasileiro aos homens e às mulheres para que aqui criassem o seu espaço, se alegrassem com a sua beleza e vivessem da sua riqueza. Abençoou o ser humano, para que se multiplicasse, enchesse a terra, a sujeitasse e dominasse os rios e os igara-





pés, as árvores e os espinhos, os peixes, os jacarés, as onças, as cobras, os insetos e as araras. Havia abundância em tudo, para alegrar os olhos e saciar a fome e a sede. E tudo se multiplicaria aos milhares e aos milhões, porque todos os seres vivos tinham seus pares para se reproduzirem e todos os vegetais as suas sementes para se multiplicarem.

Não faltariam, também, as riquezas minerais, à flor da terra e no subsolo. Quando o homem e a mulher crescessem em conhecimento, poderiam fazer uso dessas riquezas do subsolo.

**Deus capacita o homem e a mulher**— Deus cria os homens e as mulheres à sua imagem, à sua semelhança, para capacitá-los, a fim de cumprirem a tarefa de sujeitar a terra e dominar os rios, as florestas e os animais.

À semelhança de Deus, o homem e a mulher são senhores. Sua inteligência, sua capacidade de acumular

experiências e sua habilidade capacitam-nos para amansar e dominar as feras mais ferozes, para navegar os rios mais caudalosos, para derrubar e replantar as árvores mais frondosas, até mesmo, para extrair os venenos das cobras mais peçonhentas e usá-lo como remédio. Portanto, à sua semelhança de Senhor, Deus criou o homem e a mulher como senhores.

À semelhança de Deus, o homem e a mulher são criativos. Sabem elaborar planos, desenvolver idéias, fazer experiências, derrubar para reconstruir melhor, criar novas formas de sujeitar a terra e dominar os animais. Não precisam agir por instinto, como a onça que, apenas por instinto, abate a sua presa. Não estão presos ao instinto para edificar a sua morada, como os pássaros que, também o hábil João de Barro, por instinto, constroem os seus ninhos, sempre iguais. A capacidade criativa do ser humano habilita-o a bolar novas formas, criar novos métodos, inventar novas técnicas. Portanto, à sua

semelhança de Criador, Deus criou os seres humanos como criadores.

À semelhança de Deus, o homem e a mulher são comunicativos. Podem comunicar-se entre si e, sobretudo, podem comunicar-se com o próprio Criador. Deus deu-lhes a capacidade de auscultarem a sua vontade, de perceberem o seu Espírito, de conversarem com ele em oração, de ouvirem a sua Palavra. Essa é a singularidade maior do ser humano: homem e mulher podem comunicar-se com Deus. Essa possibilidade de comunicar-se e relacionar-se com o Criador não é apenas uma qualidade a mais do ser humano, mas constitui a própria essência da sua humanidade. Somente dentro dessa relação, o homem e a mulher são verdadeiros seres humanos. Dentro dessa relação, o ser humano faz a sua história com Deus, e Deus faz a sua história com o ser humano. E, somente dentro dessa história, o homem e a mulher podem cumprir a sua grande tarefa de sujeitar a terra e dominar as criaturas. Podem fazê-lo de rosto voltado para Deus, em comunicação, em resposta, em confiança, para agradar de Deus. Portanto, Deus cria o homem e a mulher para viverem em comunicação com ele. Isso, para que a sujeição e o domínio sejam parte da história da graça, do amor, da bênção e da confiança que Deus realiza com o homem e a mulher.

**Deus confia-nos a criação** — Toda beleza e toda riqueza da criação são nossas. Podemos fazer uso dela. Podemos sujeitar e dominar a terra. Não somente podemos, mas também é nossa tarefa. O que importa é que o façamos como parte da nossa história com Deus. Importa ver o solo como criação de Deus, que ele confia em nossas mãos. Importa sujeitá-lo e dominá-lo em resposta a Ele, como homens e mulheres criados à sua imagem e semelhança: como senhores sobre a natureza; como senhores criativos — hábeis, inventivos; como senhores humanos, isto é, em relação, voltados para ele, que atuam em resposta — responsabilidade — a ele. Assim, como senhores, criativos e humanos, sujeitaremos e dominaremos a terra no lugar do Criador, a serviço dele, como seus administradores, não para destruir, mas para preservar o que ele criou.

Silvio Meincke é pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

# AUTORITARISMO OU COMUNHÃO NA IGREJA?

*A crise na Igreja Católica no Nordeste está se aprofundando de tal forma que extrapola não só a região mas o próprio catolicismo. No momento em que o país luta pela construção da democracia não se pode entender atos de autoritarismo e de retrocesso. Afinal, as igrejas lutaram, com sacrifício até de vidas, pela liberdade e pela justiça*

**S**em esquecer que os direitos do pobre continuam sendo mais e mais vilipendiados, e as estatísticas dos assassinatos políticos só fizeram aumentar com o advento da “nova República”, a sociedade brasileira vai forjando a construção da democracia.

Até há pouco tempo assistíamos a cassações políticas, intervenções em sindicatos, imprensa censurada... Víamos, porém, a reação dos setores da sociedade comprometidos com a causa da justiça e das camadas populares. Especial destaque, neste sentido, mereceu a igreja com sua atuação firme, corajosa e profética. Hoje, entretanto, se olharmos sobretudo para o que vem ocorrendo no Regional Nordeste 2, tem-se a impressão de que “os ventos mudaram”.

De um ano para cá, neste regional, membros de várias pastorais foram demitidos da noite para o dia. Agora novos fatos acabam de se consumar. Em primeiro lugar, a convocação da polícia por parte do arcebispo de Olinda e Recife para afastar da sede episcopal um pequeno grupo de lavradores que solicitavam a permanência do padre Tiago em sua comunidade; lembramos depois a censura prévia imposta à Comissão Justiça e Paz de Recife por ter-se manifestado contrária à atitude do arcebispo. Esta última atitude é juridicamente legítima, mas estes fatos nos deixam perplexos: estávamos acostumados a ver os bispos assumindo atitudes diferentes.

Temos consciência que estes fatos não podem ser generalizados, porém parecem-nos sintomas de algo que os extrapola. E isso fica mais evidente se considerarmos o afastamento de alguns padres do cargo que ocupavam — naquele mesmo regional — e a ameaça de punir também o padre Reginaldo Veloso por “promover assembléias populares” e “incentivar os fiéis contra o arcebispo”. Há depois a recente medida tomada pela Congregação para a Educação Católica, com sede no Vaticano, fechando o Seminário Regional do NE 2 (Serene 2) e o Instituto de Teologia de Recife (Iter).

**Mais do que fechar seminários** — É bom que se diga, não foram fechadas duas sedes envolvendo meia dúzia de pessoas. No Iter, nos fins de semana, nada menos que 250 leigos frequentam um curso de teologia, e o Serene 2, que também aproveita o quadro docente do Iter para a formação teológica dos seus estudantes, comporta mais de uma centena de estudantes de teologia: eles pertencem ao Regional NE 2 e a várias congregações religiosas e vivem em pequenas comunidades descentralizadas.

Estes fatos, consumados de forma totalmente arbitrária, expressam o exercício de um poder autoritário e centralizador. Nem mesmo a diplomacia encontra seu espaço. Trata-se de minar uma caminhada, um trabalho que com tanto sacrifício, dedicação e esperança vem sendo desenvolvido há anos na igreja. E, para isso, nada me-

lhor do que servir-se de um poder autoritário.

Expressamos isso porque a preocupação de amplos setores da igreja vai além do NE 2. Diante deste “ensaio” é hora de perguntar-nos: que autoridade é esta que exercem tais membros da cúpula do poder eclesiástico? Será esta a autoridade que emana do próprio Evangelho? Até quando pode-se falar em comunhão em nome da unicidade? É justo assistirmos a isso sem que haja ao menos uma instância de poder para que os atingidos possam se fazer ouvir?

**Quais os atingidos?** — Mas, quem está sendo atingido por estas medidas eclesiásticas é gente que acredita no compromisso com o Reino e, por isso, continua sua ação eclesial. Cinco bispos do Regional NE 2 se reuniram para decidir que atitude tomar; dom Helder, o pastor que abriu as portas para uma nova esperança à igreja e aos sofredores, manifestou-se contra a censura imposta à Comissão Justiça e Paz: a ele, “irmão dos pobres e meu irmão”, dom João Evangelista Martins Terra pediu para não dar pareceres; os cristãos do Regional estão sendo convocados para um dia de jejum e de oração que estará sendo programado nas próximas semanas no Recife.

Procura-se, sobretudo, pensar e criar alternativas de ação como igreja, para que, quando uma porta se fecha, a esperança nossa e dos pobres não morra, mas encontre novos caminhos.

Agora, mais do que nunca, deve-se mostrar a importância tão apregoada do diálogo para que, superando os conflitos que a vida e a história impõem, se construa a comunhão. Mas, para isso, é necessário que se criem os meios, os canais para tanto. Do contrário, preocupa-nos o futuro.

Reflexão elaborada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Pastoral Operária (PO), pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), pelo Centro Eucumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) e Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).

# AGUDIZAÇÃO DOS CONFLITOS

*O fechamento do Iter e do Seminário do Nordeste tem causado sérias preocupações a todos que acreditavam na possibilidade de maior abertura e diálogo na Igreja Católica*

**José Oscar Beozzo**

A prática dos últimos trinta anos levou à criação, no interior da Igreja no Brasil, de importantes estruturas de participação e de diálogo: primeiramente com os leigos da Ação Católica, em seguida com os bispos, através da CNBB, com os religiosos, através da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Esta tendência espraiou-se para os setores populares, com o surgimento e a multiplicação das comunidades eclesiais de base, com a pastoral indigenista, operária, da terra, da mulher marginalizada e com o diálogo e a cooperação ecumênicos, através do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Mesmo estruturas mais tradicionais, como as paróquias e dioceses, foram permeadas por formas mais democráticas de participação: os conselhos pastorais paroquiais e diocesanos, os conselhos diocesanos de presbíteros. Assembléias paroquiais, diocesanas e de igrejas tomaram-se correntes para a escolha de objetivos e prioridades pastorais. O processo ultrapassou o âmbito mais local e ganhou estruturas nacionais oficiais ou oficiosas como o

Conselho Nacional de Leigos (CNL), a Sociedade de Teologia e Estudos da Religião (Soter), que congrega os teólogos, os encontros nacionais de presbíteros ou os encontros intereclesiais de CEBs, o último dos quais em Duque de Caxias (RJ), no mês de julho, congregou 1,6 mil representantes de 220 dioceses, sobre 254.

Do ponto de vista doutrinal, documentos coletivos, frutos de ampla discussão e laborioso consenso, como os do Concílio Vaticano 2º, os de Medellín e Puebla, estabeleceram uma base importante de convergência e de diálogo. Os documentos das assembléias da CNBB, o último dos quais "Exigências éticas de uma ordem democrática", aprovado depois de receber mais de 3 mil emendas, são expressão do respeito às várias correntes de opinião e da aposta sincera nas virtudes do diálogo e dos processos democráticos de decisão.

Em nível mais alto, o encontro entre a presidência da CNBB e seus regionais, de 11 a 14 de março de 1986, com o papa e os cardeais responsáveis da Cúria Romana, representou novas for-

mas de relacionamento responsável e fecundo. O resultado foi a carta de apoio de João Paulo 2º aos trabalhos da CNBB e à teologia da libertação. Há, entretanto, setores minoritários que se colocam acima e fora das estruturas de diálogo existentes e apostam no confronto e na violência institucional como forma de solucionar divergências e conflitos, como nos recentes episódios do fechamento do Iter e do Seminário Regional de Recife (PE), da divisão da arquidiocese de São Paulo, da repressão ao projeto "Palavra-Vida", da Clar. A resposta à pergunta se haverá agudização dos conflitos é "em termos", pois há na Igreja do Brasil práticas e estruturas de diálogo, assumidas por uma larga maioria que engloba tanto progressistas como conservadores. Por outro lado, a minoria que aposta no confronto, no silenciamento das legítimas diferenças, vem gozando de audiência privilegiada em Roma em detrimento das estruturas e homens do diálogo, como dom Luciano Mendes de Almeida e dom Aloísio Lorscheider, ambos escolhidos por seus pares para presidirem a CNBB e a Comissão Episcopal de Doutrina. Persistindo essa tendência, os conflitos seguirão, com grave prejuízo para o conjunto da Igreja no Brasil e para sua missão pastoral e social.

**José Oscar Beozzo** é teólogo, secretário executivo do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) e membro do Conselho Editorial de Tempo e Presença

## RORAIMA: O AVISO DA MORTE

ACÇÃO PELA CIDADANIA

### Será possível evitar?

Os Yanomami estão cercados por milhares de garimpeiros. Na região do lavrado e das serras, as terras dos Macuxi, Wapixana, Taurepang, e Ingarikó estão invadidas por fazendeiros. Um relato direto sobre a situação, publicado numa coedição CEDI/CCPY/CI-MI, contendo propostas de solução, resultou da visita à região de uma comissão da Ação da Cidadania.

Leia e entre nessa luta pela vida dos Yanomami e pela demarcação e desintrusão das terras indígenas em Roraima.

50 páginas, fotos, NCz\$ 11,50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI - Setor de Distribuição, Av. Higienópolis, 983, cep 01238, São Paulo, SP.

# RELEITURA LATINO-AMERICANA DO CREDO

**O ESPELHO E A TRANSPARÊNCIA**  
(O Credo Niceno-Constantinopolitano  
e a teologia latino-americana)  
Jaci Maraschin, CEDI, Rio de Janeiro,  
1989, 272p., 14x21cm



**Carlos Cunha**

Através dos séculos pessoas têm tentado formular códigos doutrinários, sùmulas da fé que os tem animado e unido. São breves resumos designados do "Credo". Por trás de tais formulações se escondem atecedentes polêmicos indizíveis. Cada frase ou palavra vem sempre carregada de oposições, desentendimento-entendimentos. Acima de tudo, porém, o que termina por ficar envolvido, definitivo, é sempre uma tríplice relação entre os que falam (nós/vós) e aquele sobre quem se fala (Deus).

O original é que este também fala, Deus não é uma simples referência. E é porque Deus também fala que alguns dos credos assumem um significado eterno. Talvez as teologias tradicionais tenham falhado por fazerem de Deus o tema de suas e'ocubrações. Abstrações metafísicas esplêndidas e os "doutores" como se "doctores" (os mais entendidos) a falarem sobre o Outro imanimulável que, entretanto, tentam manipular.

Acresce a isso que este, como outros credos, são textos produzidos a partir da experiência do Primeiro Mundo, onde se fala a língua própria dos opressores. E sabemos que o mesmo vocábulo dito por eles pode ser denotativo; dito por outros, no Terceiro Mundo, torna-se conotativo. Um exemplo clássico é a palavra "paz" (ausência de guerra para eles; abundância de alimentos e justiça, para nós).

Creio que Maraschin se põe, neste

texto, na correta qualidade do "scholar" que sempre foi. Foge aos dogmas como forças opressivas da ação e do pensamento e, a partir de sua inserção no Terceiro Mundo latino-americano, "relê" o Credo Niceno-Constantinopolitano. Sua releitura é segura e precisa sem a presunção de ser o "magister dixit". Antes, provoca os leitores, obrigando-os a se porem diante de um espelho e se fazerem capazes de não "se verem" nele, mas prontos a se "retocarem" humildemente, de tal forma que permitam ao Espírito sugerir os retoques que se impõem. Em suma, tornarem-se transparentes.

Fazer destaques do texto é impossível. Todos são destaques. Entretanto, se tivesse que escolher três, apontaria os capítulos "e da Virgem Maria", "Cremos na Igreja" e "Amém". Isto por que me agradam somente? Não.

Antes porque me incomodam (o primeiro), porque me emocionam (o segundo), porque me reanimam (o terceiro). Verbos plurais, porque se aplicam aos três com variantes.

No final de sua "Apresentação", o autor escreveu:

"Confesso que este exercício foi não apenas intelectual mas espiritual no melhor sentido dessa palavra. Não cheguei a escrever, digamos, como Anselmo, ou Agostinho, em forma de oração. Mas cheguei perto disso. Ao ser guiado pelas perguntas de tanta gente com quem convivo, acabei sendo guiado pelo Espírito".

Foi o que senti.

Carlos Cunha é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e membro da equipe do Programa de Assessoria à Pastoral (CEDI)

## Lançamentos

### O JOGO DA DIREITA \_ CARAS NOVAS, VELHAS IDÉIAS

René Dreifuss, Vozes, Petrópolis, 1989, 296 p., 16cmx23cm

Analisa os avanços, os recuos e artimanhas da direita brasileira. O autor trata da ação cotidiana das organizações de elite e examina cada uma de suas jogadas, desde o momento em que assumem a condição de "pivôs políticos" até a formação de "eixos" (entre si) e "pontes" (entre as diversas áreas cúmplices, sejam elas de políticos e militares ou empresários urbanos e rurais).

**Economia**

**Cultura**

**Comunicação**

**Trabalho**

**Sucessão**

